



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

11/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CÂMARA CÍVEL.....	1 - 2
1.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3 - 7
2. JORNAL AQUI	
2.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	8 - 12
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CÂMARA CÍVEL.....	13
3.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	14 - 16
3.3. VARA CRIMINAL.....	17
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	18 - 19
4.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	20
4.3. JULGAMENTOS.....	21
4.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	22 - 30
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CARTÓRIOS.....	31
5.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	32 - 33
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DESEMBARGADORES.....	34
6.2. SERVIDORES.....	35 - 37
6.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	38 - 50
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	51
7.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	52
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	53 - 54
8.2. CÂMARA CÍVEL.....	55 - 56
8.3. DESEMBARGADORES.....	57
8.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	58 - 59
8.5. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	60
8.6. SERVIDORES.....	61 - 62
8.7. SISTEMA CARCERÁRIO.....	63 - 69
8.8. VARA CRIMINAL.....	70
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	71
9.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	72 - 79

OPERADORA DE TELEFONIA CONDENADA A INDENIZAR EMPRESA POR SUSPENSÃO DE SERVIÇOS

A operadora Tim Celular deverá pagar indenizações de R\$ 25 mil, por danos morais, e R\$ 1.250,00, por danos materiais, além de juros e correção monetária à Hidrossonda, de acordo com decisão tomada na terça-feira, 9, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O órgão colegiado entendeu que a empresa telefônica interrompeu, indevidamente, os serviços de oito aparelhos celulares da empresa, mas reduziu o valor da indenização por danos morais, fixado inicialmente em R\$ 50 mil em primeira instância. O julgamento decidiu sobre apelações ajuizadas tanto pela Tim quanto pela Hidrossonda, ambas inconformadas com a sentença de 1º grau. A operadora de telefonia alegava ausência de prova de dano material e que o alvo da suspensão dos serviços seria o pagamento atrasado de fatura de mês anterior ao mencionado pela Hidrossonda. Já a empresa de perfuração de poços sustentava a manutenção da decisão da 6ª Vara Cível de São Luís, mas pleiteava a inclusão de pagamento, por parte da Tim, de R\$ 35 mil, referentes à soma de multa diária estipulada pelo juiz, durante os 35 dias em que o serviço ficou interrompido.

Operadora de telefonia condenada a indenizar empresa por suspensão de serviços

A operadora Tim Celular deverá pagar indenizações de R\$ 25 mil, por danos morais, e R\$ 1.250,00, por danos materiais, além de juros e correção monetária à Hidrossonda, de acordo com decisão tomada terça-feira, 9, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O órgão colegiado entendeu que a empresa telefônica interrompeu, indevidamente, os serviços de oito aparelhos celulares da empresa, mas reduziu o valor da indenização por danos morais, fixado inicialmente em R\$ 50 mil em primeira instância.



► **Desembargadora Anilde Cruz relatora do Processo**

NOVA CASA

SSP transfere vinte presos para presídio federal

Pág. 11

SSP transfere vinte presos para presídio federal

Vinte internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, foram transferidos, na noite da última terça-feira (9), para um Presídio Federal no estado de Mato Grosso do Sul.

Marinaldo Assunção Roxo, conhecido como Cerequinha; Nilson da Silva Sousa, o Diferente, e Roney Lopes da Silva, o Roney Boy, apontados como líderes da rebelião ocorrida no Anexo do Presídio São Luís, na segunda (8) e terça-feira (9), e que deixou quinze detentos mortos, embarcaram junto com o restante do grupo em um Avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com destino ao Presídio Federal de Campo Grande.

A transferência dos vinte detentos foi feita por policiais da Força Nacional de Segurança (FNS), encaminhados ao Maranhão pelo Ministério da Justiça (MJ).

Todos os presos que embarcaram são consi-

derados de alta periculosidade e, alguns deles, já estavam em trâmite processual para que a transferência fosse feita. Segundo o secretário de Segurança, Aluísio Mendes, a decisão faz parte do conjunto de decisões que estão sendo tomadas por conta da rebelião.

“Várias medidas foram adotadas a fim de coibir que outros motins aconteçam. A partir de agora, qualquer interno que cometa um ato de violência dentro dos presídios será imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais”, ressaltou o secretário.

De acordo com Aluísio Mendes, pelo acordo firmado, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) está disponibilizando um total de 50 vagas para a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-MA). Ele disse que até o final da semana mais 10 internos serão transferidos para os outros presídios federais

do país.

Investigações

Em relação a autoria dos crimes, o secretário informou que alguns autores já foram identificados e autuados em flagrantes pelos homicídios, e que as investigações estão sob a responsabilidade da Delegacia de Homicídios e do 12º Distrito Policial. Ele esclareceu que várias linhas de investigação estão sendo adotadas pela polícia na elucidação do caso.

Investimentos

Aluísio Mendes afirmou que o Governo do Estado planeja colocar em prática uma série de investimentos voltados para reestruturar o Sistema Penitenciário do Maranhão.

Dentre as melhorias, está à construção de cadeias públicas regionais, abertura de concurso público a cada ano para Agente e Inspetor Peni-

tenciário, com vistas a ajustar o quadro de servidores nos estabelecimentos penais, e a implantação de projetos e ações de ressocialização dentro das unidades.

Estão sendo ultimados detalhes técnicos para o início da construção do presídio de Pinheiro, com 210 vagas, para ser entregue ainda no ano que vem. Existem também quatro projetos em vias de aprovação no Depen para as cidades de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias, cada um para 210 vagas. Todos devem ser iniciados no começo do ano que vem.

Recursos da ordem de R\$ 22 milhões do mesmo Depen já estão aprovados para a construção de três cadeias públicas no Maranhão, cada uma para 396 presos.

O Governo do Estado está negociando com os municípios os locais em que essas cadeias vão ser construídas. Uma delas

deverá ficar em Bacabal, outra em Grajaú e a terceira em um município ainda não definido.

Em abril do ano passado, o Governo do Estado colocou em funcionamento o novo presídio de São Luís, também na área de Pedrinhas, com 208 novas vagas; a Penitenciária Feminina de São Luís, com 204 vagas, e deu início à construção do novo presídio de Imperatriz, com 210 vagas, para ser entregue em abril do ano que vem.

Somadas as vagas com os novos presídios de Pinheiro e Imperatriz (420); das três cadeias públicas (1.188), e das 4 penitenciárias de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias (880), em breve serão mais 2.488 vagas no sistema carcerário do Maranhão. Isso para que se socorra uma situação de superlotação de Pedrinhas, que hoje tem 2 mil internos a mais do que atenderia sua capacidade.

Detentos transferidos
Rony Lopes da Silva,
"Rony Boy"
Marinaldo Assunção Roxo,
"Serequinho"
Nilson da Silva Sousa,
"Diferente"
Dino César Vieira, "Dino Gordo"
Francisco Henrique França,
Genilson Pereira, "Baiacu"
Jailton Sousa Ferreira,
"Curtinha"
João Fernando dos Santos Rodrigues, "Neguinho da Bacia"
Fabio Coelho dos Santos,
"Fabinho Matador"
Wendell Marcel Machado Urbano, "Moreno"
Elton Rocha de Araújo,
"Pimpolho"
Ronildo Dias dos Santos
Bruno Monteiro da Silva,
Carlos Flaviano Morais,
"Flávio"
Hilton Jonnys Alves de Araújo, "Praguinha"
Emerson Pavão Diniz
Dilson da Costa Sousa
Charles da Cruz, "Pinduca"
Agnô da Silva Pereira
Carlos Augusto Reis
Máximo

Segurança Pública não vê motivo para a barbárie no presídio

Depois de 27 horas de tensão, terminou a rebelião no presídio São Luís, que faz parte do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, classificou de atípico, durante entrevista coletiva, o motim que levou a morte de 18 detentos. A procuradora Geral do Estado, Fátima Travassos, e o desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho

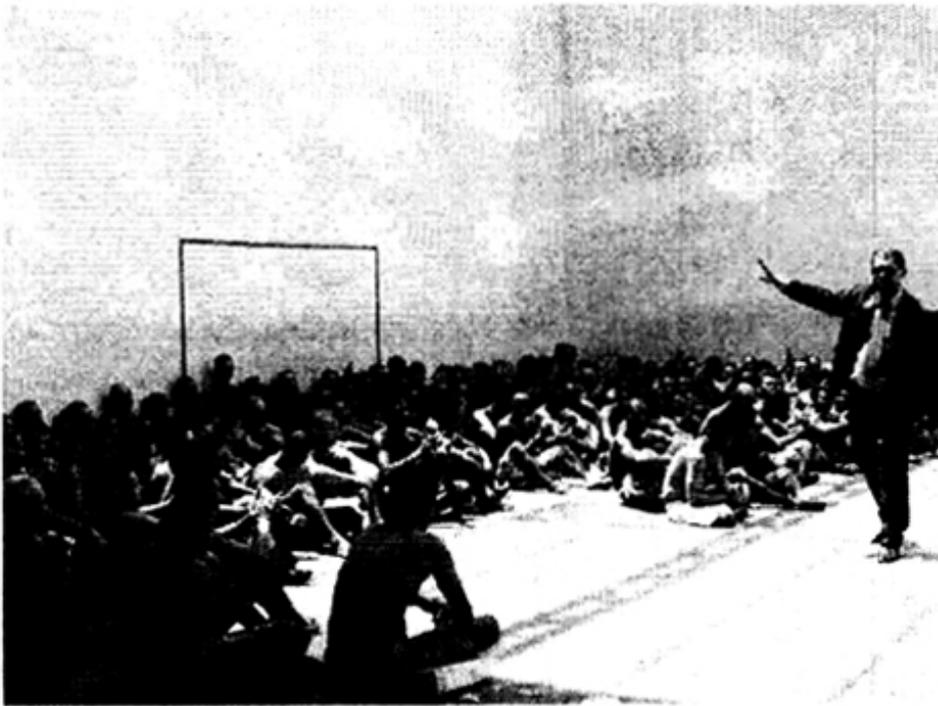
também não encontraram motivos para tanta violência.

Aluísio Mendes explicou que no decorrer da rebelião os presos não apresentaram qualquer tipo de pauta reivindicatória, ou seja, o abastecimento de água no presídio está regular, não existe deficiência de alimentação, maus tratos e de superlotação nas celas. No anexo III a capacidade para 208 deten-

tos e no momento da rebelião havia 204 presos.

“Uma rebelião atípica, sem nenhum dano ao presídio e que será investigado pela adjunta de inteligência da Secretaria de Segurança, sendo que nós chegaremos aos responsáveis por estes atos. Temos a informação de que para que este movimento explodisse partiu de fora da penitenciária”, adiantou Mendes. “Não podemos for-

Reprodução



► Pastor Marcos Ferreira em oração com os rebelados

necer maiores informações a fim de não prejudicar as linhas de investigação”, completou o secretário.

A entrevista coletiva foi coordenada pela secretária de Comunicação Social, Carla Georgina, que destacou que o Governo do Maranhão lamentou a brutalidade dos detentos, as mortes, as pessoas feridas e a aflição dos familiares.

O desembargador Fróz Sobrinho se solidarizou com o secretário Aluísio Mendes ao ressaltar que não foi detectado qualquer motivo para a rebelião. “Mesmo judicialmente todos os processos dos detentos estão em

dia, são réus condenados. O comportamento da polícia foi exemplar. A atitude dos presos foi absurda e lamentável”.

Já a procuradora Fátima Travassos exortou a paz social, a união da sociedade civil organizada no combate a violência no sistema carcerário do Maranhão. “Ficamos estarecidos com o fato e o MP está atento a apuração da Secretaria de Segurança. Defendemos a regionalização, como o Governo do Estado, como forma de humanizar estes apenados”, frisou.

Ao final, Aluísio Mendes agradeceu ao MP, ao Poder Judiciário, à Ordem dos Ad-

vogados do Brasil (OAB), os Direitos Humanos e a participação do pastor Marcos Pereira para amenizar e contribuir para o término da rebelião.

Projetos - Há quatro projetos de penitenciárias em vias de aprovação no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, para as cidades de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias, cada um para 210 vagas. Todos devem ser iniciados no começo do ano de 2011.

Há ainda recursos na ordem de R\$ 22 milhões do Depen aprovados para a construção de três cadeias públicas no estado, cada uma para 396 presos. Somados as vagas com os novos presídios de Pinheiro e Imperatriz (420); das três cadeias públicas (1.188), e das quatro penitenciárias de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias (880); em breve serão mais 2.488 vagas no sistema carcerário do Maranhão.

O Governo do Estado tem investido na Segurança Pública. Antes não havia viatura própria para o uso da polícia. O que tinha eram carros alugados, modelos inadequados para o patrulhamento das cidades. Ano passado, 680 viaturas novas foram entregues em todos os municípios do estado.

◀ PEDRINHAS ▶

FOTO: KAILOS GILDO/VOZ DA IMPRENSA



TENSÃO CONTINUA

Pastor Marcos Pereira, homem que acalmou rebelados e negociou acordo para pôr fim ao motim em Pedrinhas, diz que exigências dos amotinados não foram cumpridas e isso pode acarretar em novas rebeliões. Secretaria de Segurança avisa que providências servem justamente para evitar novas revoltas no Complexo Penitenciário

POLÍCIA 3

▶ PEDRINHAS

ROTINA MACABRA

Clima era de aparente calma no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na manhã desta quarta-feira. No entanto, moradores das cercanias vivem em constante tensão diante de ameaças

MICHEL SOUSA

Depois da crise no Complexo Penitenciário de São Luís, que acabou chamando ainda mais atenção negativa para o Maranhão, o clima durante a manhã desta quarta-feira era bastante tranquilo. Nas dependências da prisão era possível ver homens do Batalhão de Choque de guarda a fim de garantir a calma na cadeia. Havia também uma movimentação exagerada dos monitores. A atenção redobrada é reflexo da rebelião que deixou 18 mortos.

Mas para quem mora nas proximidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas (que englo-

ba os presídios de Pedrinhas, Central de Custódia de Preso de Justiça, Casa de Detenção de São Luís), esta realidade já faz parte da rotina e não é mais nenhuma novidade.

Um exemplo disso é o comerciante José Luís Pereira Dutra, que mora e trabalha na comunidade há mais de 10 anos. Para ele, a situação dos presos é bastante crítica, mas afirmou não ter medo da convivência com eles. "Se eles fogem não procuram ficar pelas proximidades. Eles abrem no tempo e vão embora", declarou.

TRANSFERÊNCIAS

Durante a madru-

gada desta quarta-feira (9), 20 presos do Presídio São Luís embarcaram em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) no Aeroporto Marechal Cunha Machado, transferidos para um presídio de segurança máxima no Mato Grosso do Sul. Três teriam sido encaminhados para o quartel da Polícia Militar, mas a Secretaria de Segurança não confirmou.

Os detentos transferidos seriam os principais líderes da rebelião iniciada na segunda-feira e que terminou com um saldo de 18 mortes.

KARLOS GEROMY/OIMP/D A PRESS



O COMPLEXO PENITENCIÁRIO APRESENTAVA APARENTE CALMA

LISTA DOS DETENTOS TRANSFERIDOS:

- | | |
|---|--|
| ■ Rony Lopes da Silva, o "Rony Boy" | "Moreno" |
| ■ Marinaldo Assunção Roxo, o "Cerequinho" | ■ Elton Rocha de Araújo, "Pimpolho" |
| ■ Nilson da Silva Sousa, o "Diferente" | ■ Ronildo Dias dos Santos |
| ■ Dino César Vieira, o "Dino Gordo" | ■ Bruno Monteiro da Silva, |
| ■ Francisco Henrique França, | ■ Carlos Flaviano Moraes, "Flávio" |
| ■ Genilson Pereira, o "Baiaçu" | ■ Hilton Jonnys Alves de Araújo, "Praquinha" |
| ■ Jailton Sousa Ferreira, o "Curtinha" | ■ Emerson Pavão Diniz |
| ■ João Fernando dos Santos Rodrigues, "Neguinho da Bacia" | ■ Dilson da Costa Sousa |
| ■ Fabio Coelho dos Santos, o "Fabinho Matador" | ■ Charles da Cruz, "Pinduca" |
| ■ Wendell Marcel Machado Urbano, | ■ Agno da Silva Pereira |
| | ■ Carlos Augusto Reis Máximo |

Pastor diz que SSP não cumpriu com a palavra

Um dia depois do fim da rebelião que resultou na morte de 18 detentos, o pastor Marcos Pereira da Silva, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, um dos responsáveis pela libertação dos cinco monitores feitos de reféns no Presídio São Luís, fez duras críticas contra a Secretaria de Segurança Pública (SSP). A maior reclamação do religioso foi causada pelo não cumprimento das promessas feitas pelo secretário Aluísio Mendes e demais negociadores aos presos durante as negociações.

O pastor Marcos Pereira e sua equipe ministerial estavam pela manhã desta quarta-feira no Presídio de Pedrinhas (um dos lugares onde os presos se amotinaram) onde realizou um culto e evangelizou os detentos.

Depois do evento religioso Marcos Pereira falou com exclusividade a reportagem do **Aqui-MA** sobre o acordo feito entre a SSP, membros do Ministério Público, a direção da casa prisional e os detentos rebelados. Segundo o re-

ligioso, as promessas feitas pelas autoridades locais não foram cumpridas. Ele revelou que todos concordaram em atender as exigências feitas pelos presos, que seriam: visitas nas celas, a não transferência de nenhum preso para o presídio federal em Mato Grosso do Sul, a garantia de integridade física e principalmente a garantia de poderem exercer seus direitos.

"Estou triste porque a Secretaria de Segurança descumpriu o acordo feito. O secretário e demais negociadores deram sua palavra que ninguém seria transferido, mas o que vimos foram 23 presos sendo levados de madrugada para o presídio federal. Ele (o secretário Aluísio Mendes) garantiu que iria cumprir o acordo feito, deu sua palavra e não cumpriu. Não importa se você é secretário ou bandido, se deu sua palavra, tem que cumprir. Peço às autoridades locais que revisem isso e se possível traga os jovens de volta, pois isso abala a credibilidade de todos. Se a secretaria começa a descumprir

os acordos, estão abrindo brecha para novas rebeliões e negociar será mais difícil", declarou.

A respeito das declarações do pastor, a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança adiantou que a medida de transferir os detentos se deu em face dos mesmos representarem uma ameaça e que poderiam incentivar novas rebeliões e então foram transferidos como medida de segurança que se tornou uma exigência para que a situação no presídio fosse controlada.

Familiares de detentos mortos estão abandonados

Com o fim da rebelião no Complexo de Pedrinhas tudo o que sobrou para os familiares dos detentos executados em meio à confusão foi um sentimento de dor e revolta causada pela perda dos entes queridos.

Antes, o problema era saber se havia algum familiar em meio aos mortos, agora a situação está ainda mais crítica: como fazer para os corpos serem liberados. Este é exatamente o drama vivido por Hildenira de França de Siqueira Ferreira, 29 anos, irmã de Joabson Soares de França, morto durante a rebelião. O jovem foi decapitado por outros detentos.

Hildenira revelou a reportagem do **Aqui-MA**, que na última visita feita ao irmão há 15 dias percebeu que o mesmo estava sentindo dores na região abdominal. Ao questionar ele sobre o que seria descobriu que foi a comida da prisão. "Ele estava

andando envergado e com dor. Primeiro, ele disse que tinha sido uma carne moída que ele comeu, mas dava para ver que ele tinha sido espancado. Ele morreu doente", declarou.

Bastante abalada com a morte do irmão ela criticou a falta de responsabilidade com a vida dos presos que vivem nos presídios. Ela disse que o jovem era de Governador Nunes Freire e estava cumprindo pena no presídio São Luís. "Só reconheci meu irmão por causa de uma tatuagem na mão. Agora quero levar o corpo, mas ninguém sabe me explicar como fazer isso. Nem sequer me avisaram que ele tinha morrido", reclamou.

Operadora de telefonia condenada a indenizar empresa por suspensão de serviços

A operadora Tim Celular deverá pagar indenizações de R\$ 25 mil, por danos morais, e R\$ 1.250,00, por danos materiais, além de juros e correção monetária à Hidrossonda, de acordo com decisão tomada na terça-feira, 9, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O órgão colegiado entendeu que a empresa telefônica interrompeu, indevidamente, os serviços de oito aparelhos celulares da empresa, mas reduziu o valor da indenização por danos morais, fixado inicialmente em R\$ 50 mil em primeira instância.

O julgamento decidiu sobre apelações ajuizadas tanto pela Tim quanto pela Hidrossonda, ambas inconformadas com a sentença de 1º grau. A operadora de telefonia alegava ausência de prova de dano material e que o alvo da suspensão dos serviços seria o pagamento atrasado de fatura de mês anterior ao mencionado pela Hidrossonda. Já a empresa de perfuração de poços sustentava a manutenção da decisão da 6ª Vara Cível de São Luís, mas pleiteava a inclusão de pagamento, por parte da Tim, de R\$ 35 mil, referentes à soma de multa diária estipulada pelo juiz, durante os 35 dias em que o serviço ficou interrompido.

Os desembargadores Aníldes Cruz (relatora), Cleones Cunha (revisor) e Jaime Araújo

negaram provimento ao recurso da Hidrossonda, por entender que a questão da multa se resolverá quando da execução da sentença, e deram provimento parcial à apelação da Tim, mas apenas para reduzir o valor da multa, por considerá-lo acima do razoável. Em apreciação preliminar, Cleones Cunha havia votado pelo não conhecimento da apelação da Tim, pelo fato de a operadora não ter ratificado seu recurso depois que o juiz de base julgou embargos de declaração da Hidrossonda, modificando em parte decisão anterior. O revisor foi vencido e, no mérito, votou pela redução da indenização por danos morais e manutenção da outra, por danos materiais.

DOMINGO - A disputa judicial teve início em 2007, quando a Hidrossonda assinou contrato de prestação de serviços com a Tim em plano corporativo. Foram fornecidos dez aparelhos celulares à empresa de perfuração de poços. A Hidrossonda alega que oito dos dez aparelhos tiveram seus sinais interrompidos no dia 25 de novembro de 2007, um domingo, que era também a data de vencimento de uma fatura de R\$ 5.168,32. A empresa sustentou que a conta foi normalmente paga na segunda-feira (26), e que a Tim não poderia ter bloqueado os aparelhos no

dia anterior. Alega que, em razão da suspensão, deixou de prestar atendimento a uma empresa cliente e teve que pagar multa de R\$ 1.250,00.

A decisão da 6ª Vara Cível determinou à Tim a normalização do fornecimento do serviço no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. A operadora foi condenada a pagar indenização por danos morais, materiais, juros, correção monetária e honorários advocatícios.

A relatora Aníldes Cruz afirmou que a operadora não comprovou nos autos a inadimplência da Hidrossonda e mesmo que a parcela anterior, de outubro de 2007, estivesse em atraso, a empresa fez o pagamento em 21 de novembro, o que desautorizaria o corte posterior, em 25 de novembro. Acrescentou que, além de interromper os serviços, fez com que a imagem da cliente ficasse maculada perante seus consumidores.

ACREDITEM: DEPOIS DO MORTICINIO SECRETARIO VAI ACIONAR SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

Afirmar que a rebelião do Complexo Penitenciário de Pedrinhas que resultou em 18 assassinatos deve ter tido motivação externa e que o Serviço de Inteligência vai investigar, interpretado como um incontestável despreparo e desrespeito do agente da Polícia Federal Aluisio Mendes, atual Secretário de Segurança Pública para com a sociedade e muito mais com o governo estadual. A declaração foi feita à TV Cidade pelo titular da pasta que não demonstrou quaisquer preocupações com um dos fatos mais negativos para o Maranhão e bastante explorado pela mídia nacional. Primeiro se esperar que os fatos aconteçam para depois investigar é o resultado da violência cruel e desenfreada que está ocorrendo no Estado e muito acentuada na capital.

DE QUEM SÃO AS RESPONSABILIDADES PELA REBELIÃO?

São de todos os Poderes Constituídos do Estado. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário tem conhecimentos suficientes da realidade da população carcerária em todo o Estado. Sabem da excessiva população, dos maus-tratados, do desrespeito à dignidade humana, de que não há seletividade entre os criminosos perigosos e os primários, do tráfico de influência e de drogas e de muitos interesses de pessoas da Segurança Pública que acabam sendo beneficiadas com transações comerciais entre presos, segundo comentários bem conhecidos dentro da instituição além de facilidades outras por solicitações políticas. Negar os fatos é no mínimo hipocrisia.

O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO DEVE SER ISENTO

O Ministério Público por conhecer um pouco melhor a realidade carcerária já deveria ter acionado o Estado com ações judiciais necessárias para acabar com a superpopulação e a garantia de um mínimo de dignidade para os encarcerados. Sabe também que a tal ressocialização não passa de engodo e que os presos são mantidos sob violências diversas para serem transformados em feras e a cada dia com capacidade para a prática de atos inimagináveis.

E A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS?

Se ela efetivamente foi criada garantir os direitos humanos de cidadãos e cidadãs ainda deve estar procurando o que fazer diante dos desrespeitos diários que são denunciados. Que o digam trabalhadores e trabalhadoras rurais vítimas da violência no campo, os povos indígenas, crianças e adolescente, deficientes e pessoa idosas. O discurso e o anúncio de políticas sociais não executadas não levam a nada e a dignidade das pessoas, asseguradas pela Constituição Federal, infelizmente nunca são honradas.

REBELIÃO ERA PREVISTA

Há poucos meses, de maneira intempestiva, o Secretário Aluisio Mendes exonerou o Secretário Adjunto do Serviço Penitenciário, Carlos James Moreira Silva, agente penitenciário e indicado pela própria categoria à governadora Roseana Sarney por ser o único policial em todo órgão com especialização. A sua administração contrariou interesses dentro da pasta. Bastou uma acusação irresponsável contra ele para ser imediatamente exonerado. Investigação feita através de inquérito administrativo pela Segurança Pública e participação do Ministério Público, este último mandou arquivar os autos por falta de provas diante das acusações feitas pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. No entanto a Secretaria de Segurança Pública ainda não concluiu o inquérito o que tem causado precauções entre os agentes penitenciários com receios de pressões. Cesar Bombeiro, presidente do sindicato da categoria pretende mover uma ação por danos morais contra a Sociedade Maranhense de Direitos que além de imputar acusações contra Carlos James Moreira e não ter ônus da prova também desmereceu de todos os agentes penitenciários. O dirigente sindical destaca que após a demissão do agente policial aumentaram as fugas, as mortes e muitos outros conflitos que infelizmente não mereceram muita atenção das instituições públicas e das entidades da sociedade civil. O que aconteceu agora já era previsto não nesta dimensão, mas devido as facilidades e omissão, os fatos lamentáveis ocorreram. Os avisos constantes feitos por nossa categoria não foram observados e chegaram até mesmo ser interpretados como chacota. Agora cabe ao governo apurar os fatos, responsabilizar e punir os negligenciadores, afirmou o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

COMO ESTÁ A SEGURANÇA PÚBLICA?

Somente nos últimos dias tomaram dimensão ampla, a violência no meio rural com os velhos e conhecidos conflitos agrários, os antigos problemas inerentes aos povos indígenas e também a conhecidíssima superpopulação carcerária, maus tratos e falta de respeito à dignidade humana, sem levar em consideração a onda de assassinatos na Região Metropolitana de São Luis. Nenhum deles é recente e se têm crescido é decorrente da falta de decisões em se resolver as problemáticas. Já não há espaço para os conhecidos estudos de viabilidade, nem para decisões posteriores, o momento exige uma definição forte e execução imediata. O morticínio de Pedrinhas mostrou claramente que as autoridades do executivo não acreditam no aparelho policial. Com o início das mortes lembraram a Força Nacional e foram até buscar um pastor evangélico no Rio de Janeiro para ser negociador com os líderes da rebelião, em total desconsideração aos das Igrejas de São Luis, os quais foram importantes recentemente nas eleições.

REBELIÃO DE PEDRINHAS

PASTOR DENUNCIA AUTORIDADES E DIZ TEMER NOVO BANHO DE SANGUE



Pastor Marcos Pereira tem medo que aconteça nova chacina

Ao falar a jornalistas, ontem, o pastor Marcos Pereira da Silva, principal responsável pelo fim da rebelião que resultou na morte de 18 detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, disse estar bastante decepcionado

com as autoridades maranhenses. Ele foi, também, responsável pela liberação dos cinco agentes penitenciários que estavam como reféns, em poder dos detentos, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

PÁGINAS 2

➔ PASTOR DENUNCIA

Autoridades não cumprem acordo e pode haver rebelião sangrenta

Ao falar a jornalistas, ontem, o pastor Marcos Pereira da Silva, principal responsável pelo fim da rebelião que resultou na morte de 18 detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, disse estar bastante decepcionado com as autoridades maranhenses. Ele foi, também, responsável pela liberação dos cinco agentes penitenciários que estavam como reféns, em opoder dos detentos, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O evangélico está preocupado, "pois no seu entendimento o descumprimento dos acordos feitos pelas autoridades com os detentos pode ensejar novas rebeliões, aí com desfechos imprevisíveis."

Pastor da Assembléia de Deus dos Últimos Dias, no Rio de Janeiro, Marcos Pereira da Silva foi chamado para debelar a rebelião ocorrida no Maranhão. Ele já fez o mesmo serviço religioso em cerca de 10 rebeliões ocorridas no Brasil. O evangélico fez duras críticas à Secretaria de

Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), Ministério Público, OAB por descumprirem os acordos feitos, pelos negociadores, com os presos para por fim à rebelião.

O pastor denunciou à imprensa que o acordo feito entre a Secretaria da Segurança, membros do Ministério Público, a direção da casa prisional e os detentos rebeldes, não estava sendo cumprido pelas autoridades locais.

O evangélico foi claro ao dizer que todos concordaram em atender as exigências feitas pelos presos: visitas nas celas, a não transferência de nenhum detento para o presídio federal (Mato Grosso do Sul), a garantia de integridade física e a garantia de atendimento de suas principais reivindicações.

O pastor lamentou e chegou a dizer que estava "triste porque a Secretaria de Segurança descumpriu o acordo feito. O secretário e demais negociadores deram a palavra que ninguém seria transferido, mas o que vimos foram 23 presos

sendo levados de madrugada para um presídio federal". O pastor assegurou que "o secretário Aluisio Mendes garantiu que iria cumprir o acordo feito, deu a palavra e não cumpriu. Não importa se você é secretário ou bandido, se deu a palavra tem que cumprir. Peço as autoridades locais que revejam suas posições e, se possível, traga os detentos de volta, pois isso abala a credibilidade de todos".

Ao final, o pastor Marcos Pereira da Silva desabafou, dizendo que "nós, que estivemos na linha de frente da negociação, demos nossa palavra aos detentos que não haveria transferência e ninguém seria transferido. Os detentos soltaram os reféns. Se a Secretaria começa a descumprir os acordos, vai abrir espaço para novas rebeliões e tornar mais difícil um futuro diálogo".



Segundo o religioso, as promessas feitas pelas autoridades locais não foram cumpridas

Polinter prende mulher por desvio de verba pública

A equipe de captura da Polinter (Polícia Interestadual) prendeu na última segunda-feira (08) Georgina Garces Braga, de 49 anos, em cumprimento de mandado de sentença condenatória expedido pela 2ª Vara Criminal de São Luís. Ela foi presa em sua casa na Rua Ararajubas, no bairro Renascença.

Em posse do mandado desde a semana passada a equipe da Polinter, comandada pelo delegado Maurício Ribeiro Martins, iniciou as investigações para descobrir o paradeiro de Georgina Braga. Após informações do Disque Denúncia (3223-5800) a polícia chegou à residência no Renascença. Com informações da Polinter, a senhora Georgina foi condenada em 2003 pelo crime de falsidade ideológica e desvio de verba pública do patrimônio do Estado.

Após sua prisão foram feitos os procedimentos legais e segundo agentes da Polinter ela já foi encaminhada ao Presídio Feminino, em Pedrinhas, onde cumprirá pena.

Roberto Veloso define metas para representar juizes federais na Ajufer

Juiz maranhense foi eleito presidente da entidade e assumirá função em dezembro

Eleito na segunda-feira (8) presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), o juiz federal Roberto Veloso, da Seção Judiciária do Maranhão, começou a traçar suas primeiras metas para a instituição. Ele só assume o comando da entidade em dezembro.

Segundo Veloso, a principal bandeira dos juizes federais no momento é a criação de quatro novos tribunais com sedes em Curitiba, Salvador, Belo Horizonte e Manaus. "Os juizes são a favor desse projeto já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara. O CNJ [Conselho Nacional de Justiça] emitiu nota técnica aprovando a criação. A sociedade só tem a ganhar", diz o presidente eleito.

Eleição - Veloso foi eleito com 162 votos contra 21 brancos. O atual presidente, Moacir Ferreira Ramos, desistiu de disputar a reeleição durante o fim de semana. A Ajufer abrange 13 estados (Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Bahia, Tocantins, Piauí, Mato Grosso, Pará e Goiás) e o Distrito Federal.

A Ajufer existe há 14 anos e es-



Arquivo

Roberto Veloso dirigirá a Ajufer

sa foi a primeira vez que um magistrado fora de Brasília foi eleito presidente. Veloso terá mandato de dois anos. Por conta da nova função, terá de se afastar de suas atividades no Maranhão.

"Vejo essa nossa vitória como um prestígio aos juizes maranhenses. Recebo essa missão como uma das mais importantes da minha carreira. Agradeço os votos de confiança conferidos pelos associados à nossa chapa. Sei que eles expressam o compromisso dos juizes federais com a defesa da Justiça Federal e da classe", disse. Ele afirmou ainda que trabalhará para tornar transparente a administração da associação, mobilizar os juizes federais da 1ª região, sendo que atenção será redobrada aos magistrados do interior.

- **A juíza** Marcelle Adriane Farias Silva, que atuava em Paulo Ramos, foi empossada ontem como titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia.
- **No ato**, o presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, elogiou o trabalho da magistrada em Paulo Ramos e destacou seus dotes intelectuais.

Trânsito

O serviço móvel de audiências do Juizado Especial de Trânsito de São Luís será reativado hoje, às 9h, com a entrega de dois novos veículos (vans) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em frente à sede do TJ-MA, na presença de desembargadores e juízes. A entrega será feita pelo desembargador Jamil Gedeon, presidente do TJ, ao juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida, titular do Juizado.

“Vamos reativar um serviço muito importante para a sociedade”

Eulálio Figueiredo,
titular do Juizado Especial de Trânsito



Vara de Pedreiras lidera pendências com o CNJ

Corregedoria Geral de Justiça divulga lista completa de Varas e Juizados maranhenses que estão em débito com a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça

PEDREIRAS - Com 757 processos pendentes, a 3ª Vara de Pedreiras deixa a terceira posição e passa a liderar a lista de unidades judiciárias estaduais com maior volume de processos a serem julgados até o fim do ano, em cumprimento à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de acordo com mapa de acompanhamento divulgado sexta-feira (5) pela Corregedoria Geral de Justiça.

O crescimento de 61,69% no montante de processos pendentes - 24.515 contra 15.125 processos da primeira lista - é uma das novidades em relação ao levantamento anterior.

Recordista de pendências em mapa do fim de outubro, a 2ª Vara de Presidente Dutra ocupa agora a 169ª posição no quadro. Evoluiu para apenas 11 processos nessa condição, contra os 2.467 processos informados naquele mês. Nesse caso, houve equívoco no lançamento dos dados enviados à Corregedoria pela secretaria judicial da respectiva vara.

Enquanto a relação de outubro destacava as 30 unidades com índices negativos no cumprimento da Meta 2 no estado, o trabalho recente abrange todas as varas e juizados especiais.

O número de processos da 3ª

Vara de Pedreiras continua o mesmo. A 2ª e 1ª Varas da comarca de entrância intermediária passam a ocupar a quarta e décima nona posição entre as ranqueadas, respectivamente, com 522 e 336 processos.

Redução - Em São Luís, a 4ª Vara Cível (578 processos) e a 6ª Vara da Fazenda Pública (551 processos) aparecem em segundo e terceiro lugares. A 4ª Vara Cível manteve a segunda colocação, como também reduziu o total de processos. Eram 780 na contagem anterior.

Ao todo, 13 varas e um juizado da capital, o 3º Juizado Especial Criminal, no Fórum Universitário, são citados entre as 50 unidades com maior incidência de processos da Meta 2.

O coordenador-geral do cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ e juiz auxiliar da Corregedoria, José Nilo Ribeiro Filho, diz que a posição de varas e juizados deve sofrer mudanças significativas até o fim de 2010.

O magistrado desfaz a idéia de que a divulgação da lista seja uma forma de pressionar os juizes em débito com o CNJ. "É uma exigência do CNJ, com a sociedade que reclama ações transparentes para o Judiciário e um compromisso de gestão do corregedor

Guerreiro Júnior", justifica. A Corregedoria passará a divulgar novas listas com frequência.

Por orientação do corregedor, o juiz auxiliar tem provocado seguidas reuniões com juizes das varas Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública da capital, no Fórum do Calhau, no sentido de motivá-los a priorizar a execução da meta.

Guerreiro Júnior indicou outros oito juizes para coordenar o cumprimento de metas estratégicas do CNJ.

Juizes atuantes

- São Luís

Ronaldo Maciel
Raimundo Nonato Neris
José de Ribamar Castro
Carlos Henrique Veloso
José Edilson Caridade

- Imperatriz

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Diva Maria de Barros
Delvan Tavares



Guerreiro Júnior indicou oito juizes para coordenar Meta 2 do CNJ

Detentos que participaram de motim são transferidos de presídio

Três detentos acusados de terem participado da execução dos 18 presos permanecem detidos no Comando Geral da PM; vinte foram encaminhados para Mato Grosso do Sul

Diego Torres
Da equipe de O Estado

Três detentos que participaram da rebelião no Presídio São Luís foram transferidos no início da tarde de ontem para o Comando Geral da Polícia Militar do Calhau. Segundo o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, os detentos Frandoaldo Rocha Sousa, Neusivan Matos Soares e Leomar da Penha Guajajara serão interrogados pela polícia e até amanhã devem ser transferidos para o presídio federal do Mato Grosso do Sul. O secretário afirmou que as investigações iniciais atribuem a Leomar Guajajara a decapitação de três detentos.

A decisão de deixar os três detentos em São Luís ocorreu porque as primeiras investigações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA) apontam para um possível envolvimen-

to de Frandoaldo, Neusivan e Leomar nas 18 mortes. "Não acreditamos que essa rebelião tenha somente dois ou três chefes. Temos algumas informações de que esses três fariam parte do núcleo de comando da rebelião e por isso eles só serão transferidos para o presídio federal depois de ouvidos", informou o secretário.

Eles foram escoltados por duas viaturas do Grupo Tático Aéreo (GTA) que saíram do Complexo Penitenciário de Pedrinhas às 13h e chegaram ao Comando Geral da PM às 13h30. Eles estão em celas separadas e serão ouvidos também separadamente.

Presídio Federal - A Secretaria de Comunicação do Governo do Estado confirmou que 20 detentos acusados de terem participado diretamente do motim foram



Gilson Teixeira

Rebelados ouvem pregação do pastor Marcos Pereira antes do fim da rebelião em Pedrinhas

transferidos na madrugada de ontem para um presídio de Mato Grosso do Sul. Cada um dos detentos seguiu algemado por um agente da Força Nacional de Segurança (FNS) em Avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em relação à autoria dos crimes, o secretário informou que alguns autores já foram identificados e autuados em flagrantes pelos homicídios, e que as investigações estão sob a responsabilidade da Delegacia de Homicídios e do 12º Distrito Policial. Ele esclareceu que várias linhas de investigação estão sendo adotadas pela polícia na elucidação do caso.

O secretário de Segurança afirmou que a negociação para a transferência dos presos já vinha sendo planejada há cerca de dois meses e que, em razão da rebelião, esse processo foi acelerado. "Nós já havíamos iniciado o processo para a transferência de 20 internos do Presídio São Luís junto ao Departamento Penitenciário [Depen]. Com a rebelião, a transferência aconteceu antes do previsto", disse.

Além dos 20 detentos levados para o presídio federal do Mato Grosso do Sul, o Depen disponibilizou mais 30 vagas para o Maranhão. Dez dessas

vagas devem ser preenchidas até amanhã com a transferência de Frandoaldo, Neusivan e Leoma e outros sete ainda não informados pela SSP-MA.

Lista de presos transferidos

1. Agno da Silva Pereira (homicídio/droga/latrocínio)
2. Bruno Monteiro da Silva (tentativa de homicídio/ assalto)
3. Carlos Augusto Reis Maximo Filho - gugu branco ou gugu da liberdade(droga)
4. Carlos Flaviano Moraes - flávio (latrocínio)
5. Charles da Luz - pinduca (homicídio/ latrocínio/assalto/tráfico)
6. Dino César Vieira Lemos - dino gordo (homicídio/assalto/ tráfico / tentativa de homicídio)
7. Emerson Pavão Diniz - perninha (assalto)
8. Fábio Coelho dos Santos - fabinho matador (homicídio/assalto)
9. Francisco Henrique França Júnior - júnior nike (homicídio)
10. Genilson Pereira - baiacú (assalto)
11. Hilton John Laves Araújo - praguinha (assalto)
12. Jailton Sousa Ferreira - curtinho (assalto)
13. João Fernando dos Santos Rodrigues - neguinho da bacia (assalto)
14. Marinaldo Assunção Roxo - cerequinha (assalto/tentativa de homicídio/homicídio)
15. Nilson da Silva Sousa - diferente (homicídio)
16. Rone Lopes da Silva - rone boy (estupro/ latrocínio/ homicídio)
17. Ronildo Dias dos Santos (assalto)
18. Dilson da Costa Sousa (assalto)
19. Wendel Marcel Machado Urbano - moreno (assalto/tráfico)
20. Helton Rocha de Araújo - pimpolho (assalto)

Polícia acha que motim foi tramado fora de Pedrinhas

O secretário de Segurança, Aluisio Mendes, afirmou em audiência pública na Assembléia Legislativa que não houve um motivo razoável que justificasse a rebelião. Para ele, o motim pode ter sido tramado fora do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O secretário ressaltou ainda que os detentos não sofrem maus-tratos. **Política 3 e Polícia 5**

Biaman Prado



Os deputados Chico Gomes, Rigo Teles e Marcelo Tavares ouvem as explicações de Aluisio Mendes

Secretário ratifica suspeita sobre motivações do motim no Complexo de Pedrinhas

Aluíso Mendes presta esclarecimentos aos deputados na Assembléia e reafirma que não há motivos que justifiquem a barbárie que acabou em 18 execuções

O secretário de Segurança Pública, Aluíso Mendes, voltou a questionar, ontem, em audiência pública na Assembléia Legislativa, as razões que levaram à rebelião do início da semana, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que resultou na morte de 18 detentos. "Não há motivo razoável para o caso. Não tem superlotação, não havia maus-tratos e nem problema de alimentação", argumentou. Tanto ele quanto os parlamentares que participaram do encontro - coordenado pelo deputado Rigo Teles (PV) - suspeitam de influências externas como fato gerador do episódio.

Aluíso Mendes respondeu a todos os questionamentos e foi elogiado pelos deputados. O

presidente da Casa, Marcelo Tavares (PSB), demonstrou satisfação com a explicação do secretário. Apenas a deputada Helena Barros Heluy (PT) disse ter ficado "preocupada" após Mendes revelar que uma das medidas para evitar novas rebeliões foi a transferência de presos violentos para o presídio federal de Campo Grande. Na madrugada de ontem, 20 dos que participaram do motim foram transferidos.

Pauta - Para o secretário de Segurança, nem a pauta de reivindicação - divulgada apenas 24 horas depois da rebelião, quando já havia quatro mortos - serviria como justificativa do motim. "O que eles reivindicaram

não faz sentido. Não se negocia mudança de diretor com presos, também não há detentos aguardando processo para pedir celeridade e muito menos é possível liberar visitas íntimas em celas com seis presos, há uma área específica para isso", disse ele, ao ser questionado por Helena Heluy sobre as reivindicações. "Não existe relação entre a barbaridade e a pauta de reivindicação", completou.

A deputada Eliziane Gama

Marco Aurélio D'Eça
Da editoria de Política

Agência Assembléia



O secretário Aluísio Mendes prestou esclarecimentos aos deputados ontem na Assembléia Legislativa

(PPS) levantou a hipótese de despreparo da empresa que presta serviço de monitoramento como causa da rebelião, também descartada por Aluísio Mendes. "A seleção dos terceirizados é rigorosíssima. Para se ter idéia, de cada 10, apenas um é selecionado", afirmou. O secretário lembrou ainda que o fato gerador da rebelião foi um agente penitenciário concursado - e não um terceiri-

zado - que se descuidou e foi feito refém pelos presidiários.

A deputada Cleide Coutinho (PSB) quis saber do secretário se havia possibilidades de evitar mais mortes no sistema penitenciário maranhense. Aluísio Mendes foi claro: "Isto é impossível de se evitar em sua totalidade, mas é possível minimizar".

Entre as ações capazes de reduzir as rebeliões, ele citou a re-

gionalização dos presídios, a transferência de detentos violentos para presídios federais, fora do estado, e, principalmente, o aumento do efetivo policial. E revelou: "a governadora Roseana Sarney já sinalizou que vai fazer a recomposição do efetivo por concurso público, a partir de janeiro do próximo ano".

Leia mais em Polícia 5

Motim motivou debates na AL

A situação do sistema penitenciário maranhense foi também um dos principais temas de debates, ontem, durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa. Os parlamentares comentaram a rebelião de segunda e terça-feira, que resultou na morte de 18 presos. Iniciaram o debate os deputados Helena Barros Heluy (PT) e Joaquim Haickel (PMDB), seguidos por Chico Gomes (DEM) e João Batista (PP).

Primeira a falar do assunto, Helena Heluy considerou que o episódio de Pedrinhas é a prova da falência do sistema prisional. Para ela, o Estado - incluindo União, governos estaduais e municipais - é incompe-

tente para mantê-lo do jeito que está. Na avaliação da deputada, as cadeias se resumem a fábricas imensas, que produzem violentos e mais violentos presos.

Tanto o líder governista Chico Gomes quanto o seu vice-líder, Joaquim Haickel, defenderam a união de esforços para discutir o sistema carcerário maranhense. Mas Haickel levantou questionamentos sobre as razões das mortes na rebelião desta semana. "O que pode ter levado os amotinados a matarem 18 pessoas? Qual a reivindicação que justifica isso? Falta d'água, excesso de prisioneiros? Não há justificativa alguma para o

assassinato de 18 pessoas a não ser guerra de gangue", analisou o deputado.

Na mesma linha, Chico Gomes levantou dúvidas sobre as razões da chacina, que para ele não ficaram esclarecidas. "Não entendemos o que motivou uma barbárie como esta. É preciso elucidar e tomar medidas urgentes", argumentou.

Para João Batista, a sociedade precisa cobrar mais das autoridades para evitar situações como a de Pedrinhas. "A sociedade deve saber cobrar, se informar, buscar fazer com que seus representantes estejam de fato preocupados com aquilo que interessa a ela", finalizou.

Inquérito que investigará reais motivos de rebelião é aberto

Delegada Regina Barros, titular provisória do 12º Distrito Policial, no Maracanã, começou ontem a tomar depoimentos de presos que testemunharam ou participaram do motim em Pedrinhas; inquérito policial deverá ser concluído em até 30 dias

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

A delegada Regina Barros, titular provisória do 12º Distrito Policial (Maracanã), iniciou, ontem pela manhã, a tomada de depoimentos de vários presos que testemunharam a rebelião do Presídio São Luís de Segurança Máxima, em Pedrinhas. Designada pela Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) para investigar a real motivação da morte dos 18 detentos - quatro deles decapitados -, Regina Barros adiantou apenas que o inquérito policial já começa a declinar quem foram os responsáveis.

"Não podemos nem revelar quantos presos já foram ouvidos, pois lá no presídio eles sabem quem está saindo para este procedimento. Divulgar isso seria provocar novas retaliações dentro da unidade, e isso é o que não pode acontecer. Podemos afirmar, sim, que já começamos a individualizar a atuação de cada um dos detentos, durante os dois dias de rebelião. Também já intimamos os reféns, mas estes ainda estão muito abalados", explicou a delegada do 12º DP.

Por se tratar de uma das maiores e mais sangrentas rebeliões da história do Sistema Prisional do Maranhão, a polícia já demonstra cautela na divulgação sobre o andamento do inquérito policial. Ontem, em entrevista à equipe de *O Estado*, o superintendente da SPCC, delegado Sebastião Uchoa, disse que a Polícia Civil já levantou "alguns nomes", mas não relacionou essa informação às declarações do secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes.

Em coletiva concedida à imprensa, no fim da tarde de terça-feira (9), poucas horas depois do fim da rebelião, Mendes levantou a possibilidade de a mesma ter sido motivada fora do presídio. Na ocasião, o secretário de Segurança também considerou a rebelião de Pedrinhas como "totalmente atípica", já que, "normalmente, as rebeliões têm uma pauta de reivindicação com razões específicas".

Por enquanto, esta é apenas uma das linhas de investigação. "É claro que, em uma rebelião com 18 detentos mortos, sempre surgem nomes, possíveis responsáveis. Temos já alguns, porém, nenhum deles ainda está sendo cogitado como aquele ou aqueles que promoveram a re-

belião interna ou externamente. Estamos juntando o máximo de provas possíveis. Depois, quando houver necessidade, vamos encaminhá-las à Justiça", ponderou Uchoa.



De Jesus

Promotores Cláudio Cabral e Carlos Avelar conversam com presos no Bloco E do Presídio São Luís

Mais

O inquérito policial que investiga a rebelião no Anexo III do Presídio São Luís tem prazo de 30 dias para ser concluído, podendo ser prorrogado conforme necessário. A delegada que está à frente do caso deve receber do Instituto de Criminalística (Icrim) o resultado dos laudos cadavéricos em até 10 dias. Até o fechamento desta edição, a situação no Instituto Médico Legal (IML) era de superlotação. As geladeiras, que comportam apenas nove corpos, estavam com 16 cadáveres, sendo 12 de presos vítimas da rebelião em Pedrinhas. O diretor do IML, Wanderley Souza da Silva, considera o caso como "um problema de saúde pública".

Ministério Público cumpre acordo e vistoria presídio

No início da tarde de ontem, três representantes do Ministério Público Estadual visitaram o Anexo III do Presídio São Luís. Durante quase uma hora de inspeção, os promotores de Justiça Cláudio Cabral (Investigação Criminal), Aroldo Brito (1ª Promotoria do Júri) e Carlos Avelar (1ª Promotoria Criminal/Execução) vistoriaram o prédio onde ocorreu a rebelião, e conversaram com os presos que sobreviveram à barbárie.

"Viemos aqui para cumprir um dos acordos feito com os detentos, que era o de garantir a integridade física deles. Isso, realmente, foi feito. Nenhum deles apresenta sinais de tortura, e nem acusa tal prática. Daqui em diante, cumprimos o segundo acordo, que é o de acompanhar e exigir a celeridade dos processos de cada um dos presos, suas transferências, e solicitar a atuação de mais juízes na Vara de Execuções Criminais, e monitorar todo o trâmite em Brasília", frisou Cláudio Cabral.

Enquanto conversavam com a equipe de reportagem do lado de fora do anexo, os promotores podiam visualizar parte das armas artesanais que haviam sido retiradas do prédio horas após o fim da rebelião. Confeccionadas com pedaços de ferro que faziam parte das camas, calhas, e até trancas das próprias celas, além de chuços e das lanças utilizadas para mutilar as vítimas, as armas ainda permaneciam na grama do pátio. Era possível ver também muito lixo, e restos de massa encefálica dos presos mortos.

Providências - Após 24 horas do

fim da rebelião, o clima no Anexo III do Presídio São Luís já parecia mais tranquilo. Para manter a situação, e fazer com que os trabalhos na unidade voltem a transcorrer normalmente, o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, tomou como primeiras providências as revistas, troca e separação de presos por região, e transferências daqueles cujos processos tramitam nas comarcas de Pedreiras e Timon, únicas aptas e disponíveis a receber detentos de alta periculosidade.

"Iniciamos hoje [ontem] pela manhã os contatos com essas cidades. Presos condenados só podem ser transferidos mediante ordem judicial, e é isso que estamos providenciando", afirmou Bispo Serejo, que aproveitou para fazer novas revelações sobre a primeira revista feita, minutos depois do fim da rebelião. "Encontramos oito celas serradas, o que indica um planejamento de fuga abortada. Trocamos toda a estrutura danificada, e os presos já estão alojados no anexo", completou o secretário.

Na madrugada de ontem, 20 internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas foram transferidos para um Presídio Federal no estado de Mato Grosso do Sul. Os detentos embarcaram em um Avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com destino a Campo Grande. Marinaldo Assunção Roxo, o *Cerequinha*; Nilson da Silva Sousa, o *Diferente*, e Rone Lopes da Silva, o *Roney Boy*, apontados como líderes da rebelião, também embarcaram para Mato Grosso do Sul.

E TOME TACA!!!

Câmara estabelece prazo de validade para RG

A carteira de identidade poderá ter prazo de validade. Uma proposta aprovada ontem, 10, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara prevê que o documento de Registro Geral terá de ser revalidado a cada 20 anos. Caso a carteira tenha sido emitida antes de o cidadão completar 18 anos de idade, a renovação terá de ser feita em até dez anos. Atualmente, não há prazo de validade para a carteira de identidade.

O texto foi aprovado em caráter conclusivo (ou seja, não precisará ser analisado pelo Plenário a não ser que haja apresentação de recurso) e será enviado ao Senado. O projeto também assegura a validade em todo o território nacional dos documentos de identificação expedidos pelo Ministério da Defesa.

O projeto ainda cria duas categorias de documentos de identificação. A carteira de identidade será considerada documento de identificação primário. O passaporte, a carteira de habilitação e as carteiras funcionais e profissionais passam a ser classificadas como do-

documento de identificação secundária.

O relator, deputado Régis de Oliveira (PSC-SP), manteve os pareceres aprovados pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Segurança Pública a uma proposta enviada pelo Executivo.

O projeto inicialmente assegurava a validade em todo o território nacional da carteira de identidade expedida pelo Ministério da Defesa. Segundo o governo, nem sempre os documentos emitidos pelos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica eram aceitos em processos para obtenção de passaporte e carteira de habilitação. O texto, porém, foi alterado substancialmente na Comissão de Relações Exteriores, onde foi relatado pelo deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

A proposta também admite que a União, o Distrito Federal e os estados firmem convênio, sob supervisão do Ministério da Justiça, para atualizar os dados do cartão do registro de identidade civil - novo documento que terá um chip com informações sobre cada cidadão.

ERA...

**MA é o 6º Estado com maior
superlotação em presídios**

PÁGINA 2

ERA...

MA é o 6º Estado com maior superlotação em presídios

O desembargador José Fróes Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Maranhão, afirma que as 18 mortes na rebelião no complexo penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, ocorreram por brigas de rivais: presos do interior contra os da capital.

A falta de unidades prisionais no interior do Estado faz com que os presos cumpram pena na capital. Ao longo do tempo isso gerou rivalidade.

Fróes disse que o anexo do presídio São Luís, onde houve 15 mortes, é uma das unidades

com menor número de detentos e a superlotação não era uma queixa.

Luís Antonio Pedrosa, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que participou do primeiro dia de negociação, disse que os presos reclamavam de superlotação e de racionamento de água. O complexo de quatro unidades tem capacidade para 2.000 detentos. Hoje, abriga 4.000. Segundo Pedrosa, o anexo tinha 214 presos. A secretaria disse que ali não há superlotação, mas não informou o número de vagas.

VEZ DO DECANO

O desembargador Antônio Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, substituiu o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, desde ontem até o dia 12, no comando do órgão. A substituição deve-se à viagem de Guerreiro ao interior, em inspeção de comarcas.

Cultura no Judiciário - Dia 12 de novembro (sexta-feira), o auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) vai dar lugar à mistura de linguagens artísticas, com recitais, música, exposição e teatro, na terceira edição do projeto ESMAM Cultural. A programação elaborada para esta edição põe o foco na linguagem teatral, mas não deixa de retratar o universo da arte. A qualidade musical ficará a cargo do som do grupo de chorinho Chorando Calado, a magia das letras com o recital poético Os Espelhos de Gullar, a sensibilidade da pintura em tela na exposição do artista plástico maranhense Antônio Póvoas, o espetáculo Amor com Amor se Paga, com o *Grupo teatral Improviso* e a revelação dos dotes artísticos de servidores e magistrados com a Mostra de Talentos. Para se inscrever nesse espaço, basta enviar e-mail para esmamcultural@tjma.jus.br, pelo telefone 3235-3231 ou na sede da ESMAM, localizada na Rua das Sucupiras, quadra 49, nº 27, Renascença I.

Sociedade sem defesa

Os advogados dativos pararam suas atividades na manhã de ontem (10), em virtude do não cumprimento das disposições contratuais firmadas entre o Tribunal de Justiça (TJ) e a Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA). A categoria reivindica o pagamento dos honorários atrasados. Segundo a comissão dos advogados, a última quitação foi realizada entre novembro e dezembro de 2009, e não contemplou todos os profissionais.

Esses profissionais são advogados particulares nomeados pelos magistrados para exercerem a advocacia nas localidades onde não

há atuação direta da Defensoria Pública. No Maranhão, o órgão está presente em apenas oito municípios: São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Bacabal, Caxias, Timon, Açailândia e Imperatriz. "Os defensores dativos são nomeados para suprir as necessidades da sociedade civil no âmbito judicial e a carência do próprio órgão", explicou o representante dos advogados dativos, Gustavo Santos Gomes.

A advocacia dativa é uma atividade assegurada por lei e considerada um munus público, ou seja, um encargo público que não possui vínculo com o estado. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, "a

Defensoria Pública é a instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orienta-

Advogados nomeados pelos magistrados para exercerem atividade onde a Defensoria Pública não atua cruzam os braços para cobrar pagamento

A.BAÉTA/OIMP/D.A.PRESS



PRESIDENTE DA OAB, MÁRIO MACIEIRA, OUVI OS REPRESENTANTES DOS ADVOGADOS DATIVOS

“Após as eleições enviamos ofício ao governo propondo medidas que viabilizariam a nossa atividade e até agora não temos resposta”

ANTONIO WILLIAN BRITO,
advogado

ção jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados (artigo 5º, inciso LXXIV; EC nº45/2004)”. Os defensores dativos atuam tanto na área cível quanto na criminal, fornecendo suporte jurídico às pessoas desprovidas de recursos financeiros para arcar com os custos advocatícios. Os profissionais são remunerados a cada ato processual, porém devido à lentidão burocrática,

os dativos preferem acumular seus atos (desde que não ultrapassem o valor de 20 salários mínimos) para dar entrada em um único pedido de recebimento dos seus honorários.

Reivindicações

A principal reivindicação dos defensores dativos é o pagamento dos honorários advocatícios referentes aos serviços prestados, por

meio do convênio com o TJ/MA e a OAB. Antonio Willian Brito exerce a advocacia dativa há três anos e ressalta a deficiência do estado. “Não há uma vontade governamental em organizar os nossos serviços. Após as eleições enviamos um ofício ao governo propondo medidas que viabilizariam a nossa atividade e até agora não temos nenhuma resposta”, argumentou.

Sendo assim, os advogados dativos recorreram à OAB no estado que já tinha conhecimento da causa e agora dará apoio e visibilidade. “Nós entendemos que a função social destes profissionais é de extrema relevância e sem o trabalho deles, a sociedade será prejudicada”, afirmou o presidente da OAB/MA, Mário Macieira.

Chapa quente

Rebelião em Pedrinhas ainda repercute na Assembleia. Interdição da BR-226 feita por índios em Barra do Corda também gerou reclamação, inclusive de governistas



ALINE LOUISE

O estopim de problemas na segurança e na educação nesta semana deu o tom na sessão da Assembleia Legislativa e a rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas não foi a única a entrar na pauta. A falta de assistência aos 18 corpos dos presidiários assassinados durante os dois dias de motim e o atraso no pagamento dos prestadores de serviço da Secretaria de Educação que atuam na região de Barra do Corda também acirraram os ânimos e dividiram opiniões no parlamento.

Os abalos sucessivos no sistema de segurança levaram a pronunciamentos nos mais diversos sentidos

na sessão parlamentar de ontem. No debate sobre as possibilidades de resolução dos problemas originados todos esta semana, alguns deputados de situação saíram em defesa do governo e procuraram um diálogo com as secretarias e outros cobraram ações urgentes do Poder Executivo. "O governo da doutora Roseana tem de entrar de cabeça nesse assunto sob pena de nós nos desmoralizarmos como instituição, de nós nos desmoralizarmos como entidade federada," comentou o deputado Tatá Milhomem sobre a interdição da BR 226 na manhã de ontem.

O líder do governo na Assembleia, Chico Gomes (DEM), também falou sobre as crises e apresentou as justificativas do secretário de Se-

J. R. LISBOA/AGENCIA ASSEMBLEIA



gurança, Aluísio Mendes. "A gente fica preocupado porque, quando estava ocorrendo isso na penitenciária, aconteciam três assaltos a bancos, um na agência do Banco do Brasil, em Buriticupu, e mais dois nas agências dos Correios que também agem como um banco. Tudo no mesmo dia. Segundo as informações do secretário de Segurança, houve o declínio muito grande de assaltos a banco no Maranhão, e as estatísticas estão aí falando," disse.

BR fechada

A interdição da BR já vinha sendo discutida pelos deputados desde o começo desta semana. Com a concretização, os deputados governistas Tatá Milhomem e Rigo Teles (PMDB), que têm proximidade política com a área, pronunciaram-se para tentar resolver o caso.

Tatá Milhomem pediu que fosse realizada uma força-tarefa para solucionar o problema da BR e cobrou providências da secretaria de Educação no repasse do pagamento aos prestadores de serviço no transporte escolar da população indígena da região. "É preciso que depois de

"A gente fica preocupado porque, quando estava ocorrendo isso na penitenciária, aconteciam três assaltos a bancos"

DEPUTADO CHICO GOMES (DEM),
líder do governo

solucionada a abertura da estrada se vá realmente na raiz, se vá realmente onde está originando a dor que é na corrupção, que é no desmando, que é a falta de comando de alguns setores. O governo estadual não é afeto ao assunto da BR 226 e nem o problema indígena," reclamou.

Milhomem pertence ao DEM e tem longa história de apoio ao grupo Sarney, que hoje está no comando do Palácio dos Leões. Anselmo Raposo, secretário de Educação responsável pela organização do ensino indígena no Maranhão, pertence ao Partido dos Trabalhadores e é uma

das novas proximidades governistas após aliança entre PMDB e PT.

Anselmo Raposo era esperado para uma audiência com os deputados para expor os motivos da crise na Secretaria e explicar as providências já tomadas para resolver o impasse, mas não compareceu. A justificativa apresentada pela assessoria da SEDUC foi uma reunião imprevista entre Anselmo Raposo e o secretário de Planejamento e Orçamento, Fábio Godim, para repassar a verba para as empresas contratadas.

O deputado Rigo Teles, por outro lado, destacou que o problema não é apenas do governo estadual, mas do federal também. "Eles (indígenas) também estão reivindicando da parte da Funasa, que não compete ao governo estadual e sim ao governo federal, que está faltando médico na região, faltam medicamentos, a Funasa não está dando a total participação. Então uma das primeiras soluções seria o quê? Um posto da Polícia Rodoviária naquela região ali próxima a reserva indígena, que não fosse dentro da reserva, mas pode ser próximo," falou.

O rescaldo da carnificina

Muita indagação permanece sem resposta e dificilmente as que houverem serão convincentes. Suposição e mais suposição se mistura ao estado de perplexidade que domina todos que se ocupam do sistema de segurança pública, diretamente entrelaçado ao sistema penitenciário. A insegurança está em toda parte, inclusive dentro dos presídios.

Muito já se estudou a violência, suas causas e consequências. Muito já se discutiu nos meios acadêmicos, científicos e administrativos. Não faltam os que se dispõem a fazer todo tipo de abordagem, sempre condenando o modelo adotado no Brasil, tido como falido. Mas é o que existe. Difícil é alguém com poder de decisão pôr em prática as recomendações que serviriam para desidratar o apodrecido sistema carcerário, longamente estragado por uma estrutura social, judiciária e ultrapassada.

A chacina de Pedrinhas, pela magnitude e pelo requinte de crueldade dos crimes, repercutiu na imprensa nacional e estrangeira. Na Assembleia Legislativa do Maranhão vários deputados a discutiram. Até o secretário Aloísio Mendes compareceu lá para prestar esclarecimentos. Difícil é compreender o que se passou. Mais ainda é chegar às causas de tanta crueldade. As autoridades apostam num complô montado fora do presídio. A armação teria extrapolado o controle e potencializado a barbárie das 18 mortes.

Não se conhece na história policial recente uma rebelião de presos com desfecho tão sangrento. Aliás, talvez nem foi uma rebelião no sentido dado a movimentos parecidos. Tudo começou numa rotina. No banho de sol, quando um guarda penitenciário, portando dois revólveres, foi dominado e desarmado pelos presos (segundo a versão da polícia). O que seria um banho de sol acabou em banho de sangue. Nenhuma reivindicação precedente, nem um colchão incendiado. Nada que justificasse o ceifamento de tantas vidas. Seres humanos brutalizados, destroçando seus iguais, de forma animalesca e selvagem.

É inacreditável. Seria o confronto entre presos da capital

com presos do interior. Mas onde estaria o cerne dessa explicação? Se isso tivesse algum fundo de verdade, como os apenados seriam capazes de identificar a origem de cada ingressante no sistema penitenciário? Se dentro da cadeia se formam gangues, máfias e se pratica corrupção, com a entrada de "marmitas de armas", o sistema de controle interno não teria como detectar?

Dirigentes do Sindicato dos Agentes Penitenciários afirmam que o motivo seria a superlotação e a carência de pessoal qualificado. Mas, como explicar que o motim surgiu exatamente no anexo recém-construído, cuja lotação ainda nem estava completa? A capacidade seria de 208 presos e lá estavam só 204, segundo o secretário de Segurança Pública, Aloísio Mendes.

Agora, ficaram 18 famílias no desespero. Já sofriam com a situação de encarceramento das vítimas e agora sofrem pela consequência do sistema falido. O estado deixou de cumprir com sua obrigação de fazer justiça, reintegrar os apenados à sociedade sãos e salvos. Porém, ocorreu um desfecho inesperado, trágico, mas previsível. Resta, agora, a reparação. Como isso se dará, só a Justiça será capaz de responder. Como a Justiça é lenta, as manchas de sangue da chacina ainda vão demorar a desaparecer.

QUEM MANDOU (1)

Além da OAB, que ontem divulgou nota oficial exigindo investigações rigorosas sobre a carnificina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, todas as entidades e organismos do Judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil estão envolvidos na busca de uma solução. “O assassinato de 18 pessoas já seria fato suficiente para determinar uma profunda investigação da rebelião e de suas causas,” diz a nota.

QUEM MANDOU (2)

Se a rebelião foi comandada de fora para dentro do Presídio São Luís, torna-se mais urgente que a Polícia saia do ambiente da especulação e da suposição, para buscar todos os meios possíveis de chegar a quem deu a ordem. Por esse raciocínio, a OAB diz que torna-se “imperiosa a realização de uma apuração rápida, rigorosa e transparente, que identifique os responsáveis pela rebelião e suas consequências”.

MORTES ESGOTAM CAPACIDADE DO IML

As 18 mortes ocorridas em Pedrinhas durante a rebelião de presos causaram um problema no Instituto Médico Legal (IML) já conhecido da penitenciária: superlotação. A câmara de refrigeração (os corpos precisam ser refrigerados para evitar a decomposição) do órgão possui apenas nove vagas, mas ontem a demanda era por 16. Segundo o diretor Wanderley Sousa da Silva, a capacidade é a mesma há 20 anos e precisa urgentemente ser ampliada. A cidade não suportaria uma catástrofe, como uma queda de avião, por exemplo.

PÁGINA 13

GOVERNO ANUNCIA MEDIDAS
PARA O SISTEMA PRISIONAL

PÁGINA 13

20 PRESOS SÃO TRANSFERIDOS;
NÚMERO PODE SUBIR PARA 50

PÁGINA 13

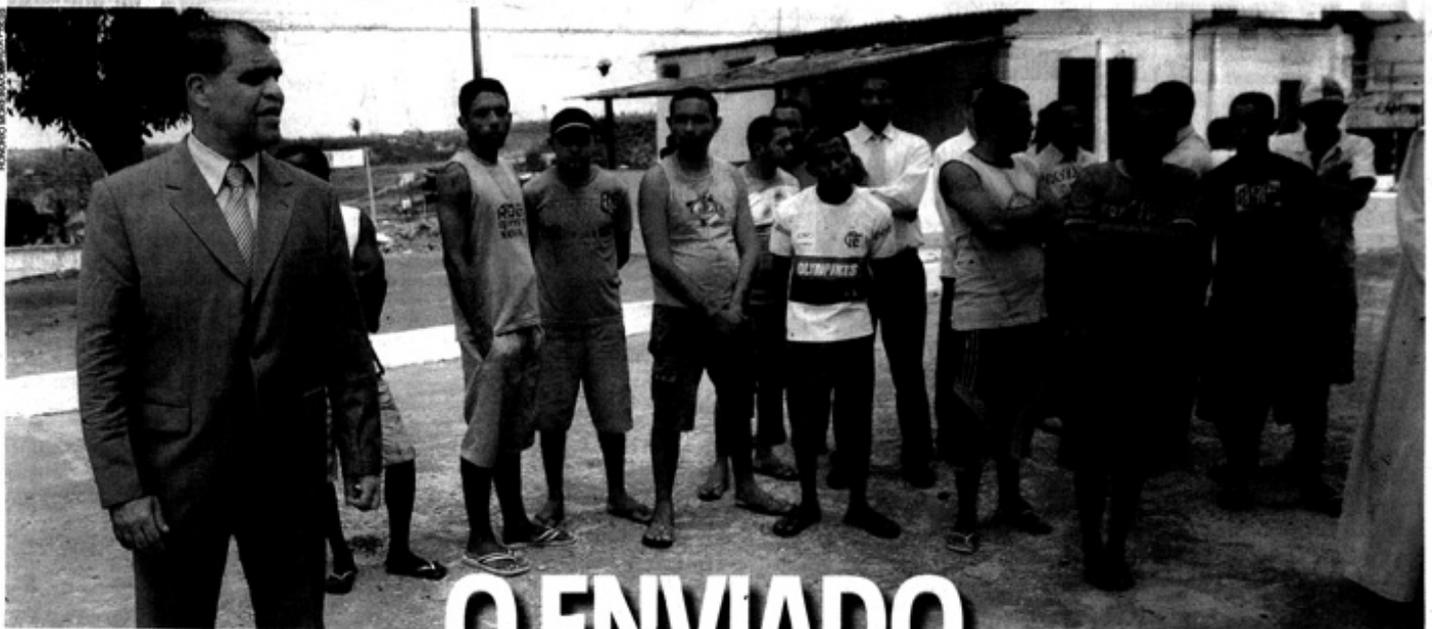


REBELIÃO, IML E ÍNDIOS SÃO
DISCUTIDOS NA ASSEMBLEIA

PÁGINA 3

COMPLEXO DE PEDRINHAS TEM
2 MIL PRESOS EM EXCESSO

PÁGINA 13



O ENVIADO

Um avião fretado trouxe do Rio de Janeiro o pastor Marcos Pereira (na foto com prisioneiros de Pedrinhas), da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (Adud), e uma comitiva de 11 pessoas. A pedido de presos e autoridades, ele desembarcou no Maranhão por volta das 9h da manhã para pôr fim à rebelião que fervia no Presídio São Luís. Três horas depois, o motim chegava ao fim. Como ele faz isso? Ele contou a O IMPARCIAL.

PÁGINA 14

Aluísio Mendes fala sobre a rebelião em Pedrinhas

Após três dias de debate na Assembleia Legislativa sobre a rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a falta de repasse de algumas secretarias às empresas que prestam serviço terceirizado e a interdição da BR-226 na manhã de ontem, Aluísio Mendes reuniu-se com deputados para tratar da crise no presídio e apresentou as justificativas para o caso, já antecipadas na coletiva de imprensa. "Criamos uma força-tarefa para agilizar a liberação dos corpos para seus familiares, mas há a necessidade do reconhecimento datiloscópico em alguns e dificuldades de contatos com os parentes," informou.

Os corpos dos 18 presos que foram mortos no motim ainda não foram sepultados e permanecem do Instituto Médico Legal à espera de reconhecimento e liberação para a família. Os corpos estão guardados em nove gavetas e cada uma delas só suporta um corpo. No entanto, o diretor

do IML, Wanderley Sousa da Silva, informa que cada gaveta está sendo ocupada por dois corpos.

A deputada Helena Heluy (PT) comentou o assunto e pediu providências por parte do estado para dar celeridade ao processo de transferência dos corpos. "Os corpos já em decomposição. E os familiares têm direito, não só de ter identificado esses corpos, como têm direito também aos sepultamentos deles. E sepultamento digno, não em uma vala comum," indignou-se.

Na reunião, coordenada pelo presidente da Assembleia, Marcelo Tavares (PSB), Aluísio Mendes respondeu aos questionamentos feitos pelos deputados Rigo Teles (PV), Chico Gomes (PMDB), Chico Leitoa (PDT), Helena Barros Heluy (PT), Eliziane Gama (PPS), Cleide Coutinho (PSB) e Carlinhos Amorim (PSDB), que quiseram saber detalhes sobre a rebelião ocorrida segunda e terça-feira no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.



ALUÍSIO MENDES CONVERSOU COM OS DEPUTADOS SOBRE A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO



Amontoados no IML

Devido à limitada câmara frigorífica, órgão demonstra estar despreparado para catástrofes ou tragédias, como a rebelião em Pedrinhas

DANIEL FERNANDES

Depois de registradas 18 mortes na rebelião desta semana no Complexo de Pedrinhas, o Instituto Médico Legal (IML) se vê em dificuldade de arranjar espaço suficiente para todos os corpos. Segundo o diretor do órgão, Wanderley Sousa da Silva, a câmara de refrigeração do IML possui nove gavetas, com capacidade para um corpo cada uma. Entretanto, ontem, o IML contava com 16 corpos em refrigeração. Para dar lugar ao número, foi preciso colocar dois corpos em algumas gavetas. De acordo com o diretor, o número de gavetas é o mesmo há duas décadas, não acompanhando o crescimento populacional do estado, e, conseqüentemente, o número de mortes.

O diretor acrescentou que, por conta do baixo número de gavetas, o IML não estaria preparado o suficiente para comportar corpos de grandes catástrofes, como o que ocorreu no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), na época da explosão durante o lançamento de um foguete, e agora, com a rebelião em Pedrinhas. "O ideal seria a construção de um novo espaço para o IML, com maior área de armaze-

namento dos corpos. Isso é urgente até pela grande área que o IML abrange", declarou Wanderley Sousa. Outra medida sugerida pelo diretor foi a instalação de câmaras de refrigeração em hospitais públicos como o Hospital Djalma Marques, o Socorrão I, e o Hospital Clementino Moura, o Socorrão II.

Transferência

Um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com 20 internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas partiu ontem de madrugada, de São Luis, rumo a Mato Grosso do Sul. A nave comportou os detentos que foram transferidos, na noite da última terça-feira, para um Presídio Federal de Campo Grande. Destes, 12 já estavam com o processo de transferência em andamento há semanas, a pedido da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-MA). Depois da rebelião ocorrida em Pedrinhas, que teve como saldo 18 mortes, mais oito detentos foram acrescidos à lista.

Entre eles estão os cabeças da rebelião. São eles Marinaldo Assunção Roxo, conhecido como Cerequinha; Nilson da Silva Sousa, o Diferente, e Rone Lopes da Silva, o Roney

Boy. A transferência dos 20 detentos foi feita com a ajuda de policiais da Força Nacional de Segurança (FNS), encaminhados ao Maranhão pelo Ministério da Justiça (MJ). Segundo a Secretaria de Segurança Pública, todos os presos que embarcaram são considerados de alta periculosidade.

O secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes declarou que a decisão "faz parte do conjunto de decisões que estão sendo tomadas por conta da rebelião". "Nós adotamos medidas para coibir outros motins. A partir de agora, qualquer interno que cometa um ato de violência dentro dos presídios será imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais", ressaltou o secretário.

De acordo com o secretário, a SSP firmou acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que disponibilizou um total de 50 vagas para o estado. Aluísio Mendes completou que, até o final da semana, mais 10 internos de alta periculosidade serão transferidos para os outros presídios federais do país.

KARLOS GEROMY/D A PRESS



RABECÃO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL RECOLHE CORPOS EM PEDRINHAS APÓS REBELIÃO

Secretaria: 2 mil a mais em Pedrinhas

Ao admitir ontem o excedente de dois mil detentos no Complexo Penitenciário, a Secretaria de Segurança listou uma série de medidas e investimentos do governo do estado voltados para a reestruturação do Sistema Penitenciário do Maranhão. Uma das medidas mais urgentes é a construção de novas unidades prisionais, para que se socorra a situação de superlotação de Pedrinhas. A lista de medidas está formada pela construção de cadeias públicas regionais, abertura de concursos públicos anuais para Agente e Inspetor Penitenciário, com vistas a ajustar o quadro de servidores nos estabelecimentos penais, e a implantação de projetos e ações de ressocializa-

ção dentro das unidades prisionais.

A secretaria afirmou que o presídio de Pinheiro, com capacidade para 210 vagas, pode ser entregue ainda no ano que vem. Listou também outros quatro projetos que aguardam aprovação no Depen para as cidades de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias, cada um para 210 vagas. A previsão de início das obras é no ano que vem, mas sem data definida.

Segundo a secretaria, também estão sendo aplicados R\$22 milhões em recursos do Depen, já aprovados, para a construção de três cadeias públicas no estado, cada uma para 396 presos. O secretário relatou que o governo ainda está negociando com os municípios os locais exatos para

a construção dessas cadeias. Uma delas deverá ficar em Bacabal, outra em Grajaú e a terceira em um município que ainda não foi definido.

Desde abril do ano passado está em funcionamento o novo presídio de São Luís, também na área de Pedrinhas, com 208 novas vagas; e a Penitenciária Feminina de São Luís, com 204 vagas. Há também a construção do presídio de Imperatriz, com 210 vagas, para ser entregue em abril do ano que vem. Somadas as vagas com os novos presídios de Pinheiro e Imperatriz (420); das três cadeias públicas (1.188), e das 4 penitenciárias de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias (880), em breve serão mais 2.488 vagas no sistema carcerário.



HÁ ANOS TRABALHADORES DO IML DENUNCIAM PRECARIEDADE NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO DIANTE DA CRESCENTE DEMANDA EM SL

DETENTOS TRANSFERIDOS

Rony Lopes da Silva	"Rony Boy"
Marinaldo Assunção Roxo	"Cerequinha"
Nilson da Silva Sousa	"Diferente"
Dino César Vieira	"Dino Gordo"
Francisco Henrique França	
Genilson Pereira	"Baiaçu"
Jailton Sousa Ferreira	"Murtinha"
João Fernando dos Santos Rodrigues	"Neginho da Bacia"
Fabio Coelho dos Santos	"Fabinho Matador"
Wendell Marcel Machado Urbano	"Moreno"
Elton Rocha de Araújo	"Pimpolho"
Ronildo Dias dos Santos	---
Bruno Monteiro da Silva	---
Carlos Flaviano Morais	"Flávio"
Hilton Jonnys Alves de Araújo	"Praguinha"
Emerson Pavão Diniz	---
Dilson da Costa Sousa	---
Charles da Cruz	"Pinduca"
Agno da Silva Pereira	---
Carlos Augusto Reis Máximo	---

"A partir de agora, qualquer interno que cometa um ato de violência dentro dos presídios será transferido para presídios federais"

ALUÍSIO MENDES,
secretário de Segurança Pública



Pastor salva a pátria

Líder da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, Marcos Pereira, teve papel destacado como apaziguador de ânimos

SANDRA VIANA

Era manhã de terça-feira, por volta das 9h, quando o pastor Marcos Pereira, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (Adud), chegou ao Complexo de Pedrinhas. Ele veio do Rio de Janeiro, a pedido de presos e autoridades locais, a fim de tentar acabar com a rebelião que perdurava desde o dia anterior. Conhecido por seu trabalho em detenções que abrigam presos de alta periculosidade e inclusive por adentrar os muros cariocas, o pastor é tido como apaziguador de fúrias. Segundo ele, “o espírito de Deus me move e os presos respeitam o espírito santo”. Foi com essa força que ele afirma ter sido o responsável pelo fim da rebelião no anexo do Presídio São Luís, ontem. Ao chegar, o tumulto no local havia reiniciado. Tiros eram ouvidos de dentro da detenção e agentes avisavam que a rebelião recomeçaria. “Quando cheguei lá conversei com um dos chefes do movimento e disse a ele que não tivesse mais mortes, e fui atendido”, conta o pastor. Alguns caíram ao chão expulsando seus demônios e ungi-dos pelo poder de Deus, descreve Marcos Pereira. Mais seis corpos do

dia anterior ainda aguardavam pelo Instituto Médico Legal (IML). “Os vi jogados no pavilhão. Uma cena horrível. Uma desumanidade fruto da irresponsabilidade”, disse o pastor.

Mas o que fez os presos demoverem a ideia de rebelar-se novamente? A oração forte feita sob suas cabeças, garante o pastor. “Contra o poder de Deus não há resistência”, reitera. O pastor adentrou o presídio, viu o horror, conversou com presos e em seguida com alguns familiares. Ele comparou a situação ocorrida no Presídio São Luís ao que se vê no Rio de Janeiro, com um agravante: aqui, diz ele, não há a estrutura e a tecnologia de que dispõe o estado do Rio. Os presos de lá, exemplifica, não têm essa índole agressiva sem aparente razão. E atribuiu ao mal que habita no corpo do ser humano e se revela em momentos de tensão. O pastor observou ainda, durante as conversas com os presos, que grande parte destes vem dos interiores. Para ele, deve-se pensar urgente em municipalização dos presídios, pois, o detento cumprir pena longe da família agrava a situação de delinquência dificultando a reabilitação.

Para ele, os detentos reclamaram de não ter visita íntima, da morosidade do judiciário prisional, da mistura de presos leves com membros de facções perigosas e pediram revisão dos processos. Alguns denunciaram ao pastor terem findado a pena, mas, sem ação do judiciário, permaneciam presos. Maus tratos também foram reclamados ao pastor. As denúncias culminaram em uma lista enviada à SSP e que o pastor espera serem cumpridas. “Eles me garantiriam encerrar o movimento se fossem atendidos”. Dentre os pedidos feitos ao pastor está a não transferência a

presídios federais. Na terça-feira, 20 presos seguiram a prisões federais. Segundo o secretário de Estado de Segurança, Aluísio Mendes, os presos transferidos estavam listados antes da rebelião. Seriam detentos de alta periculosidade e com o trâmite processual em andamento. E reiterou: não foi descumprido o acordo com os presos rebeldes, mas algumas situações foram revistas dada a gravidade do ocorrido. O secretário não soube precisar quantos dos transferidos eram envolvidos na rebelião.

Encarando o perigo

A ação realizada no Presídio São Luís, em meio ao iminente risco de morte é comum para o pastor. Em todas as unidades por ele já visitada a missão findou em sucesso. "Os presos respeitam a religião e diante da palavra não se digladiam", garantiu. No Presídio São Luís, alguns dos detentos o conheciam pelo trabalho realizado, o que, avaliou ele, somou

no sucesso do apaziguamento. "Assim que souberam [os presos] que eu estava aqui, exigiram minha presença", relata o pastor Márcio Pereira. Atribuo meu sucesso à santificação que há na minha vida, diz ele, e a autoridade que tenho sobre eles, os presos, é a unção de Deus. O pastor lembra uma única missão que lhe deixou receoso. Em 2007, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, quando resgatava uma seqüestrada e viu um dos acusados armados. Ao virar-se, o homem escondeu a arma que ficou na direção de seu filho. "Tive medo que atingisse meu filho, mas Deus está sempre no caminho e tudo saiu bem", lembra o pastor. Fato é que, após a chegada do pastor ao presídio os detentos lhe entregaram as três armas e a rebelião teve fim, inclusive com um dos rebeldes saindo de braços dados com ele. O pastor iniciou sua ação com detentos em 1990, no presídio de segurança máxima de Ilha Grande, Rio de Janeiro.

Marcos Pereira da Silva, 53 anos, é carioca, casado, dois filhos e uma neta. É presidente da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (Adud), da qual é membro desde 1991. Entrou como vice-presidente e já no ano seguinte passou a comandar a congregação. Atualmente, a congregação possui cinco templos em três estados do Brasil. Um está em São Luís, no Cohatrac V. O número de fiéis cresce a cada ano, mesmo sendo considerada uma das denominações religiosas mais rígidas do país. Entre as proibições que dita a doutrina da Adud, estão não usar perfume, não ter ou não assistir televisão (apesar do pastor já ter aparecido em algumas emissoras de TV), não ler jornais ou revistas, não usar preto e vermelho, não ter plantas e sendo divorciado não casar novamente.

KARLOS GEROMY/IMP/D A PRESS



PASTOR MARCOS PEREIRA SAI COM UM REFÉM SOLTO PELOS REBELADOS DE PEDRINHAS

Dez perguntas para PASTOR MARCOS PEREIRA

1

Quantos já foram convertidos pelo senhor?

Mais de sete mil pessoas e tantos que viram meu trabalho e resolveram aceitar Jesus

2

Qual o maior milagre que já presenciou?

Em uma ação com traficantes prestes a queimar viva uma pessoa, com oração consegui dissuadi-lo da ideia.

3

Quando percebeu ter facilidade em lidar com presos?

Em visita a um preso, parente de irmã nossa, me compadeci com a situação e passei a trabalhar com esse grupo.

4

Todo crime tem perdão?

Sim, desde que se cumpra a pena do homem e se redima com Deus.

5

Acusam no de gostar dos holofotes. Como recebe essa crítica?

Não procuro a mídia, a mídia me procura. Se eu quisesse aparecer teria um canal de TV. Tudo que ganho invisto nas obras que faço em presídios.

6

Quais critérios para elaboração das doutrinas da Adud?

A Bíblia e a consciência de que o corpo é templo de Deus e deve ser preservado

7

Quem viabilizou sua vinda a São Luís?

Uma empresa privada. Chegamos às 2h da madrugada de terça-feira, em comitiva de 11 pessoas.

8

Considerando o que já enfrentou, como avalia a situação ocorrida em, São Luís?

Foi difícil. Aqui os presos são violentos dado o analfabetismo, e, estruturalmente, é tudo muito precário.

9

O senhor confia que os detentos entenderam sua mensagem e não voltarão a rebelar-se?

Não atingi a todos, mas, aqueles que ouviram a oração e caíram endemoniados não voltarão a agir daquela forma.

10

Em que influi na fé ver TV, ler jornais, usar perfume e vestir vermelho, atos proibidos pela sua igreja?

Não proibimos, evitamos a ação. As novelas, por exemplo, são ficções, mentiras e a mentira não é de Deus. A cor vermelha denota sensualidade e o corpo deve ser preservado.

Juizado de Trânsito recebe unidades móveis hoje

O Juizado Especial de Trânsito passa a contar a partir desta quinta-feira, 11, com duas novas unidades móveis para atender a acidentes com veículos em vias públicas de toda a ilha, incluindo os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

Os veículos, do tipo "van", serão entregues às 9h ao titular daquele juizado, juiz José Eulálio Figueiredo, em ato em frente ao prédio do Tribunal de Justiça (Praça D. Pedro II).

"Vamos reativar um serviço muito importante para a sociedade. Convidamos desembargadores, juizes e autoridades do trânsito para assistir a entrega", reforçam Eulálio Figueiredo e a coordenadora estadual dos Jui-

zados Especiais, juíza Francisca Galiza.

As unidades móveis adquiridas pelo Tribunal de Justiça foram equipadas com notebook, máquina fotográfica digital e internet móvel. Cada veículo terá conciliador, perito, policial e motorista, que irão atuar de segunda a sexta-feira. O serviço pode ser acionado pelos telefones 3243-5878 e 3249-0002.

Eulálio Figueiredo diz que o volume de acidentes em vias públicas em São Luís é muito alto e, também em razão desse fator, pretende estender o trabalho das unidades móveis a todos os dias da semana, inclusive feriados. "Precisarei de mais seis servidores do Judiciário para concretizar esse projeto", comenta.

SSP transfere vinte presos para presídio federal

Vinte internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, foram transferidos, na noite da última terça-feira (9), para um Presídio Federal no estado de Mato Grosso do Sul.

Marinaldo Assunção Roxo, conhecido como Cerequinha; Nilson da Silva Sousa, o Diferente, e Rone Lopes da Silva, o Roney Boy, apontados como líderes da rebelião ocorrida no Anexo do Presídio São Luís, na segunda (8) e terça-feira (9), e que deixou quinze detentos mortos, embarcaram junto com o restante do grupo em um Avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com destino ao Presídio Federal de Campo Grande.

A transferência dos vinte detentos foi feita por policiais da Força Nacional de Segurança (FNS), encaminhados ao Maranhão pelo Ministério da Justiça (MJ).

Todos os presos que embarcaram são considerados de alta periculosidade e, alguns deles, já estavam em trâmite processual para que a transferência fosse feita. Segundo o secretário de Segurança, Aluísio Mendes, a decisão faz parte do conjunto de decisões que estão sendo tomadas por conta da rebelião.

"Várias medidas foram adotadas a fim de coibir que outros motins aconteçam. A partir de agora, qualquer interno que cometa um ato de violência dentro dos presídios será imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais", res-

saltou o secretário.

De acordo com Aluísio Mendes, pelo acordo firmado, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) está disponibilizando um total de 50 vagas para a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-MA). Ele disse que até o final da semana mais 10 internos serão transferidos para os outros presídios federais do país.

INVESTIGAÇÕES - Em relação a autoria dos crimes, o secretário informou que alguns autores já foram identificados e autuados em flagrantes pelos homicídios, e que as investigações estão sob a responsabilidade da Delegacia de Homicídios e do 12º Distrito Policial. Ele esclareceu que várias linhas de investigação estão sendo adotadas pela polícia na elucidação do caso.

INVESTIMENTOS - Aluísio Mendes afirmou que o Governo do Estado planeja colocar em prática uma série de investimentos voltados para reestruturar o Sistema Penitenciário do Maranhão.

Dentre as melhorias, está a construção de cadeias públicas regionais, abertura de concurso público a cada ano para Agente e Inspetor Penitenciário, com vistas a ajustar o quadro de servidores nos estabelecimentos penais, e a implantação de projetos e ações de ressocialização dentro das unidades.

Estão sendo ultimados detalhes técnicos para o início da construção do presídio de Pinheiro, com 210 vagas,

para ser entregue ainda no ano que vem. Existem também quatro projetos em vias de aprovação no Depen para as cidades de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias, cada um para 210 vagas. Todos devem ser iniciados no começo do ano que vem.

Recursos da ordem de R\$ 22 milhões do mesmo Depen já estão aprovados para a construção de três cadeias públicas no Maranhão, cada uma para 396 presos.

O Governo do Estado está negociando com os municípios os locais em que essas cadeias vão ser construídas. Uma delas deverá ficar em Bacabal, outra em Grajaú e a terceira em um município ainda não definido.

Em abril do ano passado, o Governo do Estado colocou em funcionamento o novo presídio de São Luís, também na área de Pedrinhas, com 208 novas vagas; a Penitenciária Feminina de São Luís, com 204 vagas, e deu início à construção do novo presídio de Imperatriz, com 210 vagas, para ser entregue em abril do ano que vem.

Somadas as vagas com os novos presídios de Pinheiro e Imperatriz (420); das três cadeias públicas (1.188), e das 4 penitenciárias de Balsas, Bacabal, Santa Inês e Caxias (880), em breve serão mais 2.488 vagas no sistema carcerário do Maranhão. Isso para que se socorra uma situação de superlotação de Pedrinhas, que hoje tem 2 mil internos a mais do que atenderia sua capacidade.

■ Casamento comunitário

Estão abertas em Olho d'Água das Cunhãs as inscrições para casamento comunitário no dia 16 de dezembro, às 16h. Segundo a titular da comarca, juíza Josane Araújo Farias Braga, o número de inscritos, até o momento, é de 130 casais.

Devido à capacidade da Secretaria de Assistência Social do município, local da cerimônia, as inscrições serão limitadas a 250 casais, informa a magistrada.

Os pretendentes têm até 17 de novembro para se inscrever. Devem ir ao Fórum da comarca, das 8h às 12h, e das 14h às 18h, munidos de certidão de nascimento. Menores de 18 anos precisam apresentar ao juízo a autorização dos pais para casar.

Corregedor visita área do novo Fórum de Caxias

A área onde será construído o novo Fórum de Caxias, na Cidade Judiciária, foi visitada na manhã desta quarta-feira, 10, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ao lado do juiz Paulo Afonso Vieira Gomes, da 3ª Vara da comarca. Na Cidade Judiciária funciona a Justiça Federal e foi o local escolhido para receber a Justiça Eleitoral.

O novo Fórum terá área construída de 4.000m² e vai se-

diar a 5ª Vara da comarca. O projeto da obra foi discutido com os magistrados caxienses e permitirá a ampliação do prédio. A construção deve ter início no próximo ano.

De Caxias, Guerreiro Júnior e assessores seguiram para Timbiras, uma das etapas finais do trabalho de inspeção a comarcas que empreende desde segunda-feira, 8. O roteiro inicial previa 15 comarcas, mas outras visitas são acrescidas diariamente.

Tim é condenada a indenizar empresa por suspensão de serviços

PÁGINA 5

OPERADORA TIM É CONDENADA A INDENIZAR EMPRESA POR SUSPENSÃO DE SERVIÇOS

A operadora Tim Celular deverá pagar indenizações de R\$ 25 mil, por danos morais, e R\$ 1.250,00, por danos materiais, além de juros e correção monetária à Hidrossonda, de acordo com decisão tomada na terça-feira, 9, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA): O órgão colegiado entendeu que a empresa telefônica interrompeu, indevidamente, os serviços de oito aparelhos celulares da empresa, mas reduziu o valor da indenização por danos morais, fixado inicialmente em R\$ 50 mil em primeira instância.

O julgamento decidiu sobre apelações ajuizadas tanto pela Tim quanto pela Hidrossonda, ambas inconformadas com a sentença de 1º grau. A operadora de telefonia alegava ausência de prova de dano material e que o alvo da suspensão dos serviços seria o pagamento atrasado de fatura de mês anterior ao mencionado pela Hidrossonda. Já a empresa de perfuração de poços sustentava a manutenção da decisão da 6ª Vara Cível de São Luís, mas pleiteava a inclusão de pagamento, por parte da Tim, de R\$ 35 mil, referentes à soma de multa diária estipulada pelo

juiz, durante os 35 dias em que o serviço ficou interrompido.

Os desembargadores Anildes Cruz (relatora), Cleones Cunha (revisor) e Jaime Araújo negaram provimento ao recurso da Hidrossonda, por entender que a questão da multa se resolverá quando da execução da sentença, e deram provimento parcial à apelação da Tim, mas apenas para reduzir o valor da multa, por considerá-lo acima do razoável. Em apreciação preliminar, Cleones Cunha havia votado pelo não conhecimento da apelação da Tim, pelo fato de a operadora não ter ratificado seu recurso depois que o juiz de base julgou embargos de declaração da Hidrossonda, modificando em parte decisão anterior. O revisor foi vencido e, no mérito, votou pela redução da indenização por danos morais e manutenção da outra, por danos materiais.

Domingo - A disputa judicial teve início em 2007, quando a Hidrossonda assinou contrato de prestação de serviços com a Tim em plano corporativo. Foram fornecidos dez aparelhos celulares à empresa de perfuração de poços. A Hidrossonda alega que oito dos dez aparelhos tiveram seus sinais interrompidos no dia 25 de novembro de 2007, um domin-

go, que era também a data de vencimento de uma fatura de R\$ 5.168,32. A empresa sustentou que a conta foi normalmente paga na segunda-feira (26), e que a Tim não poderia ter bloqueado os aparelhos no dia anterior. Alega que, em razão da suspensão, deixou de prestar atendimento a uma empresa cliente e teve que pagar multa de R\$ 1.250,00.

A decisão da 6ª Vara Cível determinou à Tim a normalização do fornecimento do serviço no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. A operadora foi condenada a pagar indenização por danos morais, materiais, juros, correção monetária e honorários advocatícios.

A relatora Anildes Cruz afirmou que a operadora não comprovou nos autos a inadimplência da Hidrossonda e, mesmo que a parcela anterior, de outubro de 2007, estivesse em atraso, a empresa fez o pagamento em 21 de novembro, o que desautorizaria o corte posterior, em 25 de novembro. Acrescentou que, além de interromper os serviços, fez com que a imagem da cliente ficasse maculada perante seus consumidores. *(Ascom do TJ-MA)*

Presidente do TJMA dá posse à juíza de Santa Luzia

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, deu posse, na manhã de terça-feira, 9, à juíza de direito Marcelle Adriane Farias Silva, titular da Comarca de Paulo Ramos de entrância inicial, promovida para a 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, de entrância intermediária.

A juíza deixou a comarca de Paulo Ramos, com tramitação de cerca de 800 processos, saneada. "Estimulamos a cultura do juizado, hoje o acesso à justiça melhorou bastante," disse à magistrada. Marcelle ressaltou a iniciativa do TJMA de reformar o Fórum de Paulo Ramos, e que está com boas instalações e boa estrutura de pessoal.

Carreira - Com seis anos de magistratura, Marcelle Silva iniciou a carreira como juíza substituta nas Comarcas de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e respondeu em vários juzizados da capital. Foi titularizada em Buriti Bravo, em seguida removida para a comarca de Paulo Ramos e agora promovida para a de Santa Luzia.

Reativação

● O serviço móvel de audiências do Juizado Especial de Trânsito de São Luís será reativado nesta quinta-feira (11), às 9 horas, com a entrega de dois novos veículos (vans) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em frente à sede do TJMA, na presença de desembargadores e juízes. A entrega será feita pelo desembargador Jamil Gedeon, presidente do TJMA, ao juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida, titular do Juizado.

❖❖ O Juizado Especial de Trânsito passa a contar a partir desta quinta-feira, 11, com duas novas unidades móveis para atender a acidentes com veículos em vias públicas de toda a ilha, incluindo os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

❖❖ Os veículos, do tipo "van", serão entregues às 9h ao titular daquele juizado, juiz José Eulálio Figueiredo, em ato em frente ao prédio do Tribunal de Justiça (Praça D. Pedro II).

Corregedoria pede a juízes que reservem salas para grandes conciliadores

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, pediu a juízes de varas e juizados especiais da capital e do interior que reservem salas a empresas que irão participar da Semana da Conciliação (29/11 a 3/12) e possuem grande demanda processual. A justificativa é a de que elas precisam de maior espaço porque reúnem quantidade expressiva de prepostos e advogados.

“Essa medida é necessária para proporcionar atendimento mais ágil aos jurisdicionados, uma vez que as empresas empreendem esforço considerável para realizar o maior volume possível de audiências no período”, reforçou o corregedor em ofício circular aos magistrados.

Presidente do Conselho dos Juizados Especiais, Guerreiro Júnior diz que a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) trabalha no sentido de superar os resultados da Semana da Conciliação 2009, quando o estado julgou pouco mais de 4.000 processos. No momento, o órgão organiza a pauta geral dos problemas a serem julgados este ano.

Coordenam as ações do evento do CNJ no estado o corregedor, a diretora da CGJ, Sumaya Heluy, e a juíza e coordenadora dos Juizados Especiais Francisca Galiza.

Defensores dativos param por falta de pagamento pelo governo do estado

Os defensores dativos que atuam em todo o Maranhão paralisaram ontem suas atividades em decorrência da falta de pagamento dos honorários advocatícios por parte do governo do estado. Os defensores permanecerão de braços cruzados até amanhã (12). **PÁGINA 5**

Defensores dativos param por falta de pagamento pelo governo do estado

POR JULLY CAMILO

Os defensores dativos que atuam em todo o estado do Maranhão paralisaram ontem suas atividades em decorrência da falta de pagamento dos honorários advocatícios por parte do governo do estado. Os defensores permanecerão de braços cruzados até amanhã (12). O objetivo é fazer com que o executivo maranhense cumpra com as disposições contratuais firmadas entre o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA).

Segundo o advogado e defensor dativo Gustavo Santos, o atraso no pagamento vem desde o final de novembro do ano passado. Ele explicou que o papel do defensor dativo é defender quem comprovadamente não possui condições de pagar custas de processos ou honorários advocatícios. "Na realidade, nossa atuação acontece no local em que não há Defensoria Pública. No Maranhão, por exemplo, apenas sete municípios são assistidos pelo órgão. Na capital, apenas algumas varas possuem Defensoria; é aí que atuamos", disse Gustavo.

O defensor informou que a

verba orçamentária de 2009 para o pagamento dos atos advocatícios girou entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões, o que foi insuficiente para cobrir os honorários dos respectivos defensores.

O advogado e defensor dativo Antonio William dos Santos, disse que "há má vontade do governo em negociar e organizar os trabalhos". Ele revelou que no início de outubro, logo após o término das eleições, foi encaminhado um ofício à governadora Roseana Sarney solicitando uma reunião entre as partes interessadas, porém não houve manifestação por parte do poder público até o momento.

"Nesses três dias de paralisação, vamos realizar um trabalho de conscientização do movimento junto aos nossos colegas advogados no Tribunal de Justiça, no Fórum, nas Varas, na OAB-MA e onde mais for necessário", afirmou.

O presidente da OAB-MA, Mário Macieira, disse que está sendo criada uma Comissão de Advocacia Dativa para defender o interesse dos advogados que suprem a carência da Defensoria Pública.

Associação dos Magistrados cobra ações para solucionar a superlotação carcerária

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em nota divulgada ontem, assinada pelo vice-presidente José Brígido Lages, lamenta os atos de violência ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, os quais resultaram na morte de 18 pessoas, ao mesmo tempo em que cobra do Estado a adoção de medidas imediatas para solucionar o problema da superlotação carcerária e da falta de estrutura nos presídios.

Na nota, a AMMA também reitera a sua total confiança no trabalho desenvolvido pelos magistrados responsáveis pela Execução Penal. Eis abaixo, na íntegra, o teor da nota:

"A Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA, em face do estarrecedor episódio que resultou na morte de 18 pessoas que cumpriam pena privativa de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, vem a público lamentar a total falência do sistema prisional do Estado do Maranhão, que culminou com os atos de imensurável violência na última segunda-feira, 8 de novembro de 2010.

A AMMA considera inadmissível

vel que em pleno século XXI a sociedade maranhense ainda seja surpreendida com atos de barbárie e extrema violência como os que ocorreram na Penitenciária de Pedrinhas, resultado da superlotação carcerária, da falta de estrutura e das condições subumanas daqueles a quem deveria, por dever, o Estado proteger.

A Associação dos Magistrados do Maranhão lamenta, ainda, a total inércia do Estado para solucionar ou, pelo menos, tentar diminuir o problema da superlotação carcerária. Um dos caminhos apontados, inclusive por representantes do Poder Judiciário, é a construção de presídios de pequeno porte nos municípios, a fim de que seja efetivada a municipalização da pena e os presos possam ser acompanhados por seus familiares.

Por fim, a AMMA reitera sua total confiança nos magistrados responsáveis pela Execução Penal no Estado, notadamente ao juiz Jamil Aguiar, que vem desenvolvendo ao longo dos anos um árduo trabalho para que o cumprimento da pena no Complexo Penitenciário de Pedrinhas seja efetivado em conformidade com os padrões mínimos de dignidade da pessoa humana estabelecidos pela Constituição Federal".

OAB-MA aprova medidas para solucionar problemas do sistema prisional do Estado

A sessão extraordinária, realizada na noite de terça-feira, pelo Conselho Seccional da OAB/MA aprovou, por unanimidade diversas medidas para reivindicar ao Governo do Estado soluções aos problemas do Sistema Carcerário do Maranhão. A reunião teve como pauta principal a rebelião, ocorrida na segunda-feira (8), no anexo do Presídio São Luís, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, quando pelo menos 18 detentos foram mortos, com três deles decapitados.

O presidente da Seccional, Mário Macieira, que esteve na manhã de terça-feira no local, participando da negociação com os presos que resultou no fim da rebelião, feita em conjunto por representantes outras instituições, descreveu as cenas de horror que presenciou: "Foi uma coisa escabrosa para quem presenciou aquilo. Eu não sei nem como qualificar, como adjetivar." Segundo levantamento da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, de 2007 até antes da rebelião, já haviam sido contabilizadas 64 mor-

tes de presos no Estado.

A OAB/MA reivindica ao Governo do Estado: a imediata apuração do ocorrido, de forma isenta e responsável; a criação da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, com autonomia própria, desvinculada da Secretaria de Segurança Pública; o fortalecimento da Defensoria Pública do Estado e de todos os meios possíveis para proporcionar assistência jurídica gratuita.

A Ordem dos Advogados defende ainda a revisão dos processos da população carcerária do Estado, em trabalho conjunto com outras instituições da Justiça do Maranhão, como TJ/MA e o Ministério Público; imediata realização de concurso público para agentes penitenciários com objetivo de suprir, não apenas as demandas atuais, mas para preenchimento das vagas das futuras unidades prisionais: a urgente construção de novas unidades prisionais nas diversas regiões do Estado.

A OAB-MA quer também fiscalização, por meio de visitas da OAB/MA em conjunto com outras entidades, das dependências do local onde foi verificada a rebelião, em Pedrinhas, com o fim de evitar retaliações dos presos envolvidos na tragédia e a criação de uma comissão provisória para estudar as possibilidades de uma futura federalização do Sistema Prisional do Estado.

Além desses itens, durante a sessão foram discutidas outras proposições de conselheiros, tais como a criação de uma Vara de Execuções Penais e a denúncia sobre o ocorrido, a ser levada à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

MARANHÃO PERDE VERBA FEDERAL PARA CONSTRUÇÃO DE PRESÍDIO EM PINHEIRO

Governo do estado teve de devolver ao Ministério da Justiça R\$ 4,1 milhões disponíveis desde 2004 para a construção de um presídio de 168 vagas no município de Pinheiro; demora para iniciar a obra foi o motivo da devolução. Matéria publicada ontem no jornal Folha de S. Paulo informa que o governo do estado do Maranhão devolveu ao Ministério da Justiça R\$ 4,1 mi-

lhões disponíveis desde 2004 para a construção de um presídio de 168 vagas no município de Pinheiro (a 343 quilômetros de São Luís, na Baixada Maranhense). De acordo com o jornal, a demora do governo estadual em iniciar a obra fez com que o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça, pedisse a devolução do dinheiro. PÁGINA 5



A superlotação carcerária ocasionou violenta rebelião em Pedrinhas: 18 detentos mortos; alguns deles decapitados

Maranhão perde verba federal para construção de presídio em Pinheiro

Governo do estado teve de devolver ao Ministério da Justiça R\$ 4,1 milhões disponíveis desde 2004 para a construção de um presídio de 168 vagas no município de Pinheiro; demora para iniciar a obra foi o motivo da devolução

POR OSWALDO VIVIANI

Matéria publicada ontem no jornal Folha de S. Paulo informa que o governo do estado do Maranhão devolveu ao Ministério da Justiça R\$ 4,1 milhões disponíveis desde 2004 para a construção de um presídio de 168 vagas no município de Pinheiro (a 343 quilômetros de São Luís, na Baixada Maranhense).

De acordo com o jornal, a demora do governo estadual em iniciar a obra fez com que o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça, pedisse a devolução do dinheiro.

Apesar de os recursos já terem sido devolvidos, o governo do Maranhão, em nota encaminhada à imprensa na segunda-feira (8) - primeiro dia da rebelião em duas unidades do complexo penitenciário de Pedrinhas, que deixou 18 mortos -, incluiu o presídio de Pinheiro entre as futuras obras destinadas a "enfrentar" o problema da superlotação.

Diz um trecho da nota: "No Maranhão, assim como nos demais estados, a superlotação dos presídios é uma realidade. Esse problema está sendo enfrentado pelo governo do estado com a

construção de novas unidades prisionais nas regiões de Imperatriz, Pinheiro e São Luís".

Segundo a Folha de S. Paulo, "o contrato de repasse dos recursos para a construção do presídio em Pinheiro terminou no final de agosto e não foi prorrogado pelo grupo de trabalho criado para acompanhar a construção de presídios com recursos do governo federal".

A reportagem da Folha ouviu a Secretaria da Segurança Pública do Maranhão, que disse que "enfrentou resistência da população de Pinheiro para a instalação da unidade e que o dinheiro voltará na execução de outros projetos".

Relata, ainda, o jornal: "De acordo com o Depen, desde 2004 foram firmados outros três contratos de repasse com o estado do Maranhão, que totalizam R\$ 21,6 milhões. O Estado alega que desde abril de 2009 foram criadas 412 vagas e iniciou a construção do presídio de Imperatriz, com 210 novas vagas".

Superlotação - O Maranhão é o 6º estado com maior superlotação nos presídios (veja quadro em destaque).

O complexo de Pedrinhas, onde aproximadamente metade da população carcerária do esta-

do está alojada, tem quatro unidades - Penitenciária de Pedrinhas, Presídio São Luís, Centro de Detenção Provisória (CDP) e Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) -, com capacidade para 2 mil detentos. Atualmente, abriga 4 mil.

No anexo do Presídio São Luís, onde ocorreu a rebelião dos dias 8 e 9, há perto de 200 presos. Não há superlotação na unidade, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA X NÚMERO DE VAGAS Em junho de 2010

Estados	Presos	Vagas	Porcentagem de presos a mais
Pernambuco	23.086	10.049	129,73
Acre	3.493	1.608	117,23
Rondônia	7.059	3.435	105,50
Mato Grosso	11.225	5.608	100,16
Santa Catarina	14.481	7.237	100,10
MARANHÃO	5.798	2.947	96,74
Mato Grosso do Sul	11.048	5.679	94,54
Pará	10.707	6.115	75,09
São Paulo	173.060	100.593	72,04
Roraima	1.651	972	69,86
Amazonas	5.096	3.008	69,41
Amapá	1.661	994	67,10
Goiás	11.160	6.805	64,00
Minas Gerais	49.137	30.401	61,63
Paraná	8.475	5.313	59,51
Paraná	34.580	21.776	58,80
Rio Grande do Sul	29.883	18.825	58,74
Bahia	16.907	10.945	54,47
Alagoas	2.156	1.452	48,48
Ceará	14.796	10.204	45,00
Distrito Federal	8.662	6.482	33,63
Espírito Santo	11.870	8.928	32,95
Tocantins	2.130	1.644	29,56
Piauí	2.591	2.105	23,09
Sergipe	3.083	2.569	20,01
Rio de Janeiro	24.399	23.893	12,12
Rio Grande do Norte	6.043	-	-

Fonte: Ministério da Justiça

Líderes de rebelião em Pedrinhas são transferidos para Mato Grosso do Sul

Mortos de Pedrinhas receberam mais de 60 'chuçadas' cada um

Vinte detentos que participaram da rebelião em Pedrinhas foram transferidos, na madrugada de ontem, para o Presídio Federal de Campo Grande – uma penitenciária de segurança máxima, no Mato Grosso do Sul. Estão entre os transferidos os três presos apontados como os líderes do motim: Rony Lopes da Silva, o “Rony Boy”; Marinaldo Assunção Roxo (“Serequinha”); e Nilson da Silva Sousa (“Diferente”). Todos os 18 detentos mortos na recente rebelião em Pedrinhas foram assassinados a golpes de “chuço” (arma branca artesanal). O corpo que teve menos perfurações levou 60 ‘chuçadas’. ÚLTIMA PÁGINA

Líderes de rebelião em Pedrinhas são transferidos para Mato Grosso do Sul

POR GABRIELA SARAIVA

Vinte detentos que participaram da rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na segunda-feira (8) e na terça-feira (9), foram transferidos, durante a madrugada de ontem, para o Presídio Federal de Campo Grande – uma penitenciária de segurança máxima, localizada no Mato Grosso do Sul. Estão entre os transferidos os três presos apontados como os líderes do motim: Rony Lopes da Silva, o “Rony Boy”; Marinaldo Assunção Roxo (“Serequinha”); e Nilson da Silva Sousa (“Diferente”). A rebelião, ocorrida em duas unidades do complexo de Pedrinhas, deixou 18 mortos, três deles decapitados pelos rivais. Outras 30 vagas em presídios federais foram obtidas, o que deve resultar em novas transferências nos próximos dias.

De acordo com a polícia, os presos que foram transferidos já estariam planejando novas rebeliões e mortes no sistema penitenciário maranhense. Os detentos foram transportados por um avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

De fora – Em entrevista coletiva realizada na terça-feira, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluísio Mendes, afirmou que a ordem para dar início ao motim pode ter partido de fora do presídio, já que o movimento não possuía uma pauta de reivindicações clara. Ele disse que essa hipótese está sendo investigada com a ajuda das ligações registradas nos aparelhos de telefones celulares apreendidos com os presos.

Dos 18 presos mortos na rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a maioria já foi identificada, mas apenas seis corpos foram liberados pelo Instituto Médico Legal (IML).

NOMES DE ALGUNS DOS DETENTOS TRANSFERIDOS PARA MS

Rony Lopes da Silva (*Rony Boy*); Marinaldo Assunção Roxo (*Serequinha*); Nilson da Silva Sousa (*Diferente*); Dino César Vieira (*Dino Gordo*); Francisco Henrique Jr. (*Junior Bike*); Genilson Pereira (*Baiacu*); Jailton Sousa Ferreira (*Curtinho*); João Fernandes Carlos Rodrigues (*Neguinho da Bacia*); Gugu (não teve o nome completo divulgado); Branco (não teve o nome completo divulgado); Perninha (não teve o nome completo divulgado); Fabio Coelho dos Santos; Wendel Maciel Machado Urbano; Elton Rocha de Araújo; Ronildo Dias dos Santos; Bruno Monteiro da Silva; Carlos Flaviano Maciel; e Ilton John Araújo.

EM IMPERATRIZ

Negada reintegração a ex-policiais acusados de assassinar estudante

Em decisão unânime, ontem (10), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) negou o pedido de anulação do processo administrativo que resultou na exoneração dos ex-policiais militares Antonio Ribeiro Abreu e Smailly Araújo Carvalho da Silva, bem como da reintegração de ambos à Polícia Militar (PM-MA). Os soldados respondem a ação penal, acusados do sequestro e morte do estudante Ivanildo P. Barbosa Júnior, 19 anos, além da ocultação do seu cadáver, no dia 13 de setembro de 2008, em Imperatriz.

O mandado de segurança em favor dos policiais foi ajuizado contra ato da governadora Roseana Sarney, que excluiu Abreu e Silva dos quadros da corporação após decisão tomada em abril de 2009 pelo Conselho Superior de Segurança Pública. O ato de exclusão se deu por desvio das obrigações e ética que devem nortear a conduta dos integrantes da PM e que os então policiais praticaram diversos atos incompatíveis com os valores e princípios da corporação.

O advogado dos acusados argumentou que os soldados foram expulsos sem que houvesse manifestação do Tribunal do Júri, já que ainda tramita ação penal em Imperatriz contra ambos, e disse que não foi le-

galmente intimado para o julgamento no Conselho, afirmando que a audiência teria sido realizada no mesmo dia da sua publicação. O advogado também alegou que os policiais já haviam sido punidos com prisão temporária, por terem abandonado a área de serviço.

O parecer da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), representada na sessão de ontem pelo procurador de justiça Eduardo Nicolau, foi de que não existe prova pré-constituída nos autos de que a publicação e audiência ocorreram no mesmo dia.

Assim como a PGJ, o desembargador Froz Sobrinho, relator do mandado, entendeu que não foram juntadas provas sobre a ausência de intimação, informou que os soldados foram excluídos com base em procedimentos administrativos, inclusive com base no Estatuto dos Policiais Militares, e que as instâncias administrativa e penal são independentes e autônomas.

Cova rasa – O estudante universitário Ivanildo Júnior desapareceu no dia 13 de setembro de 2008, depois de ter sido abordado pelos dois policiais. O corpo do rapaz foi encontrado por parentes no dia 21 do mesmo mês, enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz, perto do local onde a polícia havia localizado seu carro. *(Ascom do TJ-MA)*

■ Presa por desvio

A Polinter prendeu, segunda-feira, Georgina Garces Braga, de 49 anos, em cumprimento de mandado de sentença condenatória expedido pela 2ª Vara Criminal de São Luís. Ela foi presa em sua casa na Rua Ararajubas, Renascença.

Em posse do mandado desde a semana passada a equipe da Polinter, comandada pelo delegado Maurício Ribeiro Martins, iniciou as investigações para descobrir o paradeiro de Georgina Braga. Após informações do Disque Denúncia (3223-5800) a polícia chegou à residência no Renascença. Com informações da Polinter, Georgina foi condenada em 2003 pelo crime de falsidade ideológica e desvio de verba pública do patrimônio do Estado.

Após sua prisão foram feitos os procedimentos legais e segundo agentes da Polinter ela já foi encaminhada ao Presídio Feminino, em Pedrinhas, onde cumprirá pena.

Corregedor pede salas para os conciliadores

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, pediu a juízes de varas e juzados especiais de São Luís e do interior que reservem salas a empresas que irão participar da Semana da Conciliação, no período de 29 de novembro a 3 de dezembro, e possuem grande demanda processual. A justificativa é a de que elas precisam de maior espaço porque reúnem quantidade expressiva de prepostos e advogados.

"Essa medida é necessária para proporcionar atendimento mais ágil aos jurisdicionados, uma vez que as empresas empreendem esforço considerável para realizar o maior volume possível de audiências no período", reforçou o

corregedor em ofício circular aos magistrados.

SUPERAÇÃO

Presidente do Conselho dos Juzados Especiais, Guerreiro Júnior diz que a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) trabalha no sentido de superar os resultados da Semana da Conciliação 2009, quando o estado julgou pouco mais de 4.000 processos. No momento, o órgão organiza a pauta geral dos problemas a serem julgados este ano. Coordenam as ações do evento do CNJ no estado o corregedor, a diretora da CGJ, Sumaya Heluy, e a juíza e coordenadora dos Juzados Especiais Francisca Galiza.

Ex-policiais assassinos não serão reintegrados

Em decisão unânime, ontem, 10, realizada em São Luís, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou o pedido de anulação do processo administrativo que resultou na exoneração dos ex-policiais militares Antonio Ribeiro Abreu e Smailly Araújo Carvalho da Silva, bem como da reintegração de ambos à Polícia Militar (PMMA). Os soldados respondem a ação penal, supostamente acusados do sequestro e morte do estudante Ivanildo P. Barbosa Júnior, de 19 anos, além da ocultação do seu cadáver, no dia 13 de setembro de 2008, em Imperatriz.

O mandado de segurança em favor dos policiais foi ajuizado contra ato da governadora Roseana Sarney, que excluiu Abreu e Silva dos quadros da corporação após decisão tomada em abril de 2009 pelo Conselho Superior de Segurança Pública. O ato de exclusão se deu por desvio das obrigações e ética que devem nortear a conduta dos integrantes da PM e que os então policiais praticaram diversos atos incompatíveis com os valores e princípios da corporação.

TRAMITAÇÃO

O advogado dos acusados argumentou que os soldados foram expulsos sem que houvesse manifestação do Tribunal do Júri, já que ainda tramita ação penal em Imperatriz contra ambos, e disse *que não foi legalmente intimado para o julgamento no Conselho, afirmando que a audiência teria sido realizada no mesmo dia da*

sua publicação. O advogado também alegou que os policiais já haviam sido punidos com prisão temporária, por terem abandonado a área de serviço.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), representada na sessão desta quarta-feira pelo procurador de justiça Eduardo Nicolau, foi de que não existe prova pré-constituída nos autos de que a publicação e audiência ocorreram no mesmo dia.

Assim como a PGJ, o desembargador Froz Sobrinho, relator do mandado, entendeu que não foram juntadas provas sobre a ausência de intimação, informou que os soldados foram excluídos com base em procedimentos administrativos, inclusive com base no Estatuto dos Policiais Militares, e que as instâncias administrativa e penal são independentes e autônomas.

COVA RASA

O estudante universitário Ivanildo Júnior desapareceu no dia 13 de setembro de 2008, depois de ter sido supostamente abordado pelos dois policiais. O corpo do rapaz foi encontrado por parentes no dia 21 do mesmo mês, enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz, perto do local onde a polícia havia localizado seu carro.

Antes de serem expulsos da corporação, os policiais acusados foram presos administrativamente por três dias, para *averiguação, e mais 15 dias por terem abandonado a área da Grande Santa Rita, para a qual estavam designados.*

Pastor diz que Polícia vai bater em detentos

Policiais maranhenses estariam se organizando para uma sessão de espancamento dos detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na zona rural de São Luís. A afirmação, bastante grave, foi feita pelo pastor Marcos Pereira da Silva, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias e que foi um dos negociadores com os bandidos que promoveram uma das mais carnificinas do Brasil com a execução, sem motivo aparente, de 18 companheiros. Do alto de sua “autoridade”, o pastor Mar-

cos Pereira denunciou o descumprimento do acordo feito entre os amotinados e a Secretaria de Estado da Segurança Pública de que nada sofreriam. O pastor disse que o acordo começou a ser desonrado com a transferência de 23 presos. Os policiais e agentes penitenciários que atuam no Complexo de Pedrinhas repudiaram veementemente as denúncias do pastor Marcos Pereira.

Página-8

Pastor acusa policiais de ameaçar detentos

O pastor Marcos Pereira da Silva, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, do Rio de Janeiro, que participou das negociações para acabar com a rebelião dos presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, zona rural de São Luís, entrou em contato com vários órgãos de imprensa para denunciar o descumprimento do acordo feito com a Secretaria de Segurança do Estado para o tratamento dos presos que participaram da rebelião no complexo penitenciário de Pedrinhas.

Segundo Marcos, que esteve na penitenciária, policiais estão se organizando para uma sessão de espancamento dos detentos. Ele disse que a secretaria havia prometido que não haveria retaliação dos presos. "O acordo feito entre nós que negociamos e a Secretaria de segurança já começou a ser descumprido com a transferência de 23 presos. Algo que nos foi prometido que não iria ocorrer. Nós, que estivemos na linha de frente da negociação, demos nossa palavra aos detentos que não haveria transferência e ninguém seria ferido. Eles soltaram os reféns. Se a secretaria começa a descumprir os acordos, estão abrindo brecha para novas rebeliões e negociar será mais difícil", declarou.

A equipe tenta contato com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA) para esclarecer as declarações.

TRANSFERIDOS

Durante a madrugada de quar-



Pastor Marcos Pereira faz acusações a policiais maranhenses

ta-feira, 23 presos que ocupavam celas no Presídio São Luís embarcaram em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) no aeroporto Marechal Cunha Machado para um presídio de segurança máxima no Mato Grosso do Sul. Eles seriam os principais líderes da rebelião iniciada na segunda-feira e que terminou com um saldo de 18 mortes.

Foram transferidos Rony Lopes da Silva, Marinaldo Assunção Roxo, Nilson da Silva Sousa, Dino César Vieira, Francisco Henrique Jr., Genilson Pereira, Jailton Sousa Ferreira, João Fernandes

Carlos Rodrigues, Fabio Coelho dos Santos, Wendel Maciel Machado Urbano, Elton Rocha de Araújo, Ronildo Dias dos Santos, Bruno Monteiro da Silva, Carlos Flaviano Maciel e Ilton John Araújo. Além de Gugu, Branco e Perinha, que não tiveram os nomes completos divulgados.

Segundo a Polícia, os presos transferidos estariam planejando fugas e mais rebeliões. A Secretaria de Segurança pública está negociando, ainda, a transferência de mais 20 presos para a Penitenciária de Catanduva, no Paraná.

Secretário defende concurso para aumentar tropa policial

O secretário estadual de Segurança Pública, Aloísio Mendes, afirmou ontem, 10, em audiência com deputados estaduais na Assembleia Legislativa, em São Luís, que qualquer preso que cometer crimes dentro de casas de detenção no Maranhão será imediatamente transferido para um presídio federal, em outras unidades da federação. Ao reafirmar que não houve motivação estrutural para a rebelião que terminou com um saldo de 18 detentos mortos, ele defendeu a urgente realização de concurso público para aumentar o efetivo policial no estado.

No encontro coordenado pelo presidente da Assembleia, Marcelo Tavares (PSB), Aloísio Mendes respondeu aos questionamentos feitos pelos deputados Rigo Teles (PV), Chico Gomes (PMDB), Chico Leitoa (PDT), He-

lena Barros Heluy (PT), Eliziane Gama (PPS), Cleide Coutinho (PSB) e Carlinhos Amorim (PSDB), que quiseram saber detalhes sobre a rebelião ocorrida segunda e terça-feira no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O secretário disse a Helena Heluy que todas as providências foram tomadas pelo Estado para identificar os detentos executados, liberá-los para suas famílias e garantir sepultamento digno. “Criamos uma força-tarefa para agilizar a liberação dos corpos para seus familiares, mas há a necessidade do reconhecimento datiloscópico em alguns e dificuldades de contatos com os parentes”, informou ele.

NÃO PODE EVITAR

Respondendo a Cleide Coutinho, Aloísio Mendes reconheceu

ser impossível evitar que novas rebeliões ocorram no sistema prisional maranhense, mas apresentou medidas para minimizar o problema. “Há 12 anos o Estado não realiza concurso público e hoje temos uma população carcerária de 3 mil presos para 200 profissionais. A terceirização dos serviços penitenciários não é uma solução adequada e defendemos a regionalização do sistema, com a construção de mais cinco presídios”, informou ele.

Além disso, o secretário disse que o sentimento de impunidade que hoje há no sistema pe-

nitenciário – onde presos condenados cometem vários crimes dentro dos presídios – contribui para que ocorram rebeliões tão graves como a do Complexo de Pedrinhas. “Por isso, entramos em contato com o Ministério da Justiça e eles nos disponibilizaram vagas nos presídios federais. Na madrugada de hoje (ontem), já transferimos para o de Campo Grande os 20 detentos mais violentos que participaram da rebelião. E estamos preparando a transferência de mais 10 que são líderes de facções dentro da penitenciária”, esclareceu ele.

QUALIFICAÇÃO

Reconhecendo que a qualificação dos profissionais de segurança é um fator importante, o secretário disse que as empresas contratadas já garantem a capaci-

tação dos profissionais terceirizados, mas lamentou que os agentes penitenciários efetivos não tenham demonstrado interesse pelos cursos de formação oferecidos pela Secretaria de Segurança. E voltou a destacar que o Maranhão tem o menor efetivo policial do país. Segundo ele, a relação é de um policial para cada 849 habitantes. “A governadora Roseana Sarney já sinalizou que fará a recomposição do efetivo das polícias Civil e Militar, já a partir de janeiro do próximo ano”, anunciou ele.

Aloisio Mendes reafirmou que a rebelião foi totalmente atípica, porque não foi motivada por questões estruturais, como superlotação das celas, morosidade na tramitação de processos ou baixa qualidade da alimentação. “Não havia situação estrutural que justificasse a

violência, a barbaridade cometida em Pedrinhas”, enfatizou.

Ao final da reunião, Marcelo Tavares destacou a importância do encontro com o secretário de Segurança, que deu respostas oficiais aos parlamentares sobre a rebelião ocorrida em Pedrinhas e outras questões sobre o sistema de segurança do Maranhão.

Inicialmente a reunião servia para discutir a interdição da BR-226, entre Grajaú e Barra do Corda, onde índios guajajara reivindicam o pagamento do transporte escolar para os estudantes indígenas. No protesto, os índios balearam um delegado da Polícia Civil e interditaram o tráfego de veículos naquela rodovia. Mas essa questão não chegou a ser debatida, porque o secretário de Educação, Anselmo Raposo, não compareceu.



Aloisio Mendes foi a Assembleia Legislativa explicar a mais sangrenta rebelião de presos no Maranhão

Deputada coloca ouvidor da Segurança sob suspeição

A decisão do Governo do Estado na escolha do novo ouvidor de Segurança Pública contraria o decreto de criação da própria Ouvidoria. A afirmação foi feita pela deputada Eliziane Gama (PPS) na manhã de ontem, 10.

De acordo com a parlamentar, além do escolhido para ocupar o cargo ser o último na lista tríplice encaminhada, ele é ex-policia civil aposentado e não poderia ser indicado para a atividade. “No artigo 4º, e parágrafo 5º do decreto fica claro que o ouvidor não pode ter nenhum vínculo com policiais, o que neste caso não acontece”, assegurou.

Na tribuna a parlamentar reafirmou a importância da Ouvidoria da Segurança Pública diante do atual contexto e necessidade do controle social. “Neste momento

a ouvidoria tem papel de extrema relevância para o sistema de segurança, e precisa ser mais atuante e eficaz”, afirmou a parlamentar.

A Ouvidoria de Segurança Pública do Maranhão foi criada com o decreto 22.736 de 11 de novembro de 2006, como estância pública de controle social e atividade policial, sendo veiculada a Secretaria de Segurança Pública. Segundo o decreto, o ouvidor não pode integrar órgãos diretivos, deliberativos ou consultivos de entidades públicas ou privadas, nem ter qualquer vínculo com a Polícia Civil ou Polícia Militar, nem com outro órgão integrante do Sistema Estadual de Segurança.

O atual ouvidor, José de Ribamar Araújo e Silva que recebeu sete votos havia sido indicado pela

OAB, Defensoria Pública e Promotoria da Infância para ser reconduzido ao cargo, e mesmo sendo o primeiro da lista não foi escolhido. Por telefone, o ouvidor que participa de evento no Estado de São Paulo disse que espera que o decreto seja respeitado. “Eu aguardo que a decisão seja revista e que o decreto e os critérios de indicação sejam respeitados”, disse.

A segunda indicada foi a ex-conselheira tutelar Elivânia Estrela Aires que recebeu cinco votos também não foi escolhida. “Estou aguardando uma posição e manifestação de Conselho Estadual de Direitos Humanos, para tomar minhas providências, já que nós nos sentimos prejudicados por ver uma pessoa que não atendeu os critérios ser o escolhido para ocupar o cargo”, afirmou.

Pistolagem instala o clima de terror

Por meio de sua assessoria, a deputada Helena Barros Heluy (PT) integra o Grupo de Entidades que se deslocou a São Vicente Ferrer para, in loco, tomar conhecimento sobre o assassinato de Flaviano Pinto Neto, liderança rural naquele município. Flaviano estava marcado para morrer, bem como outras lideranças dali.

“Isso é grave. É a organização da pistolagem tomando corpo, crescendo mais e mais”, salientou a parlamentar, preocupada com o clima de terror e violência, que já se instalara na sociedade maranhense com os fatos que aconteceram no Complexo de Pedrinhas.

MORTOS INSEPULTOS

Acerca do caso de Pedrinhas, Helena relatou que os familiares dos presidiários mortos também

enfrentam dificuldades porque não conseguem ter acesso aos corpos de seus parentes para providenciar o sepultamento.

“Os corpos já em decomposição, e os familiares têm direito, não só de ter identificado esses corpos, como têm direito também ao sepultamento dele. E sepultamento digno, não em uma vala comum”, relatou a parlamentar, pedindo o empenho da Casa por meio de contato com a Secretaria de Segurança, ampliando o contato já feito pelo deputado Chico Gomes.

Helena contou que os familiares estão passando por uma verdadeira via crucis entre o IML e o Complexo de Pedrinha e, indignada, lembrou que os familiares têm direitos de receber seus mortos. “Eles têm direito de serem devidamente tratados e sepultados!”, reiterou.

Haickel pede diálogo entre os poderes

O deputado Joaquim Haickel (PMDB) ocupou, ontem, 10, a tribuna da Assembleia Legislativa para defender o diálogo e a união dos poderes para melhorar e aperfeiçoar o sistema prisional da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão.

Para Joaquim, nosso sistema prisional deve ser melhorado, aperfeiçoado e trabalhado. “A ideia é colocar pontos de suspiros, para evitar tensões como a que ocorreu no motim no Presídio São Luís, onde 18 pessoas foram assassinadas”, afirmou.

Joaquim observa que, de repente, o Estado do Maranhão passou a ser o vilão porque aconteceu um motim em Pedrinhas. Ele acha que a responsabilidade pela vida dos amotinados não é só do Governo do Estado e sim de todos. “O que pode ter levado os

amotinados a matarem 18 pessoas? Qual a reivindicação que justifica isso? Falta d’água, excesso de prisioneiros? Não há justificativa alguma para o assassinato de 18 pessoas a não ser guerra de gangue”, disse.

Haickel acha que é hora dos poderes constituídos se unirem para debater o sistema prisional, e apontar as saídas possíveis para amenizar o problema. “É muito fácil criticar o estado nessas horas”, assinala. “A falência é do sistema. Mas, esse é o sistema que temos”, acrescentou.

PROXIMIDADE DA BARBÁRIE

Por outro lado, Joaquim observa que a população está dividida em relação ao sistema prisional. Uns acham que o governo do Estado tem que construir mais presídios. Outros até

acharam bom o massacre dos presos.

“É a proximidade da barbárie quando a população acha que os amotinados devem ser assassinados. Isso acontece porque ontem mesmo, em nossa cidade, aconteceram dois assaltos violentos no meio da tarde”, comentou Haickel.

Na opinião de Joaquim, precisamos de policiamento ostensivo nas ruas e de apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública. “Precisamos ter um sistema prisional com segurança, até mesmo para os detentos”, defende.